



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CLIPPING DEPUTADOS

23/05/2019



SANTA CATARINA
ANO 34 N° 11.888
OUTROS ESTADOS- R\$ 4,00
R\$ 3,00 - 2ª edição

QUINTA-FEIRA
23 DE MAIO DE 2019



MOACIR PEREIRA

moacir.pereira@somosnsc.com.br (48) 5216-2903
@moapereira



PREVIDÊNCIA

Em reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, o Procurador Geral de Justiça, Fernando Comin, apresentou um estudo sobre o projeto da reforma da previdência. Entre as restrições apontou as relativas às regras de transição das pensões, a ausência de regras claras sobre a transição de quem precisa de dois a cinco anos para se aposentar, a falta de normas sobre aposentadoria por invalidez e a contribuição extraordinária, considerada de duvidosa constitucionalidade

Reforma: vai começar o novo governo

A Assembleia Legislativa aprovou em votação rápida e sem maiores polêmicas, a reforma administrativa do governo estadual. Como se previa, por unanimidade. Com os 35 votos a favor de todos os presentes e nenhum contra. Pelo acordo entre as lideranças, fechado já na votação do substitutivo global na reunião conjunta das Comissões Técnicas, todas as emendas destacadas em plenário foram rejeitadas.

O projeto vai agora para sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL). A partir de sua transformação em lei estadual, estará a nova gestão em condições de partir para a execução do plano de governo.

Como destacou o presidente da Alesc, deputado Júlio Garcia (PSD), em coletiva após a aprovação: “O governo tem agora todas as condições para governar. A Assembleia concedeu-lhe os instrumentos para administrar o Estado”.

A aprovação da reforma, por unanimidade, não deve ser interpretada como uma vitória extraordinária do atual governo, como lembraram alguns parlamentares. Em primeiro, lugar, porque foram feitas várias correções, supressões e mudanças no projeto original. Embora a espinha dorsal tenha sido preservada na redação final, o novo texto manteve as prerrogativas do parlamento que o projeto suprimia e cancelou poderes plenos ao governador de “governar por decreto”, como alertou nas primeiras intervenções a deputada Luciane Carminatti (PT).

Uma construção singular no parlamento, entre deputados de vários partidos, ouvidos os secretários Douglas Borba e Jorge Tasca, que acabou resultando numa reforma que agradou a gregos e troianos. Agora, vai começar o novo governo.

ALISTAMENTO

O Tribunal Regional Eleitoral vai deflagrar uma campanha de alistamento pelo sistema biométrico. Envolverá 123 municípios de SC. A meta é atingir 85% dos eleitores com a biometria para o pleito de 2020. O presidente do TRE, desembargador Cid Goulart, disse que o foco agora são as eleições municipais. Um estudo do Tribunal revelou que há municípios com número de eleitores superior ao de habitantes. E dezenas de outros onde o eleitorado total chega a 80% e 90% da população local. A campanha pretende que os eleitores façam a biometria este ano, evitando congestionamentos em 2020.

MULHERES

Outra campanha da Justiça Eleitoral vai se concentrar em novos estímulos à participação das mulheres nos partidos e na vida pública. O Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, juiz Wilson Pereira Junior, explicou na coletiva do TRE-SC, que a lei obriga os partidos a contarem com 30% de candidatas, a partir de filiações expressivas do eleitorado feminino. Além disso, obrigatoriamente, 30% de suas despesas tem que beneficiar as mulheres. A campanha pretende também acabar com candidatas laranjas.

CURTAS

AUSENTES

O presidente Júlio Garcia não votou na reforma. Estavam ausentes os deputados Padre Pedro, Ivan Naatz, Nilson Berlanda e Volnei Weber. Todos alegaram compromissos oficiais.

LIDE

Presidente da Acate, Daniel Leipnitz, falará sobre inovações tecnológicas e *startups* na próxima reunião do Lide-SC, dia 28 de maio na Fiesc.

15 ANOS

Guarda Municipal de Florianópolis foi homenageada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis pelos 15 anos de serviços prestados à população da Capital.

LOJISTAS

Começa hoje na Expoville, em Joinville, a 48ª Convenção Estadual do Comércio Lojista. Previsão dos promotores de presença de mais de mil dirigentes lojistas de SC. No temário das palestras e debates os impactos da reforma trabalhista, as tendências do consumo, o mercado e os cenários econômico e político. Uma das palestras mais esperadas será proferida pelo procurador Deltin Dallagnol, chefe da força tarefa da Lava-Jato, no sábado. A FCDL conta hoje com 207 Câmaras Municipais e 44 mil sócios.

TRANSPORTES

A Agência Nacional de Transportes Terrestres deverá dar novo prazo à indústria de embalagens de tintas para se adaptar a resolução de 2006. Exigências rigorosas foram feitas com rígida fiscalização nas empresas transportadores. A mudança das embalagens de plástico por lata encarece o produto em 300%. Tema tratado pelo deputado Volnei Weber (MDB), na ANTT em Brasília com empresários de SC e de outros Estados.

PM: 184 ANOS

Será amanhã, a partir das 830h, no Quartel General da Praça Getúlio Vargas, a celebração do “Dia do Veterano”, outro ato alusivo aos 184 anos da Polícia Militar de Santa Catarina. Entre os destaques da programação a homenagem que o coronel Araújo Gomes e seus liderados vai prestar aos ex-comandantes gerais. Dos 20 vivos, já confirmaram 13 até agora.



UPIARA BOSCHI

upiara.boschi@somosnsc.com.br
(48) 3216-2931
@upiaraboschi

Governo, Alesc e o pós-reforma

A quarta-feira foi dia de festa na Assembleia Legislativa. A reforma administrativa do governador Carlos Moisés (PSL) só não recebeu os votos favoráveis dos 40 deputados estaduais porque o presidente Júlio Garcia (PSD) não vota e havia quatro parlamentares ausentes. Mesmo com algumas críticas pontuais, o clima ontem era de celebração pelo consenso alcançado na negociação permanente entre os relatores da proposta e os articuladores do Centro Administrativo.

É inegável – e já escrevi aqui – que Moisés passou em seu primeiro teste político na Assembleia com aprovação unânime da reforma. Não só pelos votos e pela diminuição do tom dos parlamentares mais críticos, mas porque funcionou neste primeiro momento a exótica tese de articulação suprapartidária – sem base parlamentar fixa. Mesmo os votos dos deputados

do PT, naturalmente de oposição, foram trabalhados até o fim. E conquistados, apesar de algumas ressalvas de Luciane Carminatti (PT) – que recebeu a promessa do secretário Douglas Borba, da Casa Civil, de que será enviada uma proposta de fundo para a cultura para substituir o extinto ontem.

No entanto, para alcançar esse sucesso, o governo precisou ceder em pontos importantes. Nada na essência, no organograma de governo. A principal concessão foi na definição das atribuições da Controladoria-Geral do Estado e da Secretaria de Integração e Governança. O texto feito pelo futuro controlador Luiz Felipe Ferreira, coordenador da reforma, não agradou os deputados e foi esvaziado. O governo aceitou porque ficou acertado que a definição será feita de forma posterior em um projeto de lei complementar específico.

Na tribuna, o deputado estadual João Amin (PP) citou uma reação negativa de Ferreira a essa concessão nas redes sociais. Ele compartilhou convite para instalação da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção em que dizia que “artigos voltados ao combate à corrupção, controle interno, transparência, acordo de leniência, integridade, correição foram suprimidos pela Alesc”. Isso foi na noite do último domingo e o comentário foi retirado da postagem 1h13 depois da postagem, mas o registro ainda está no Facebook. João Amin criticou a inabilidade política de Ferreira.

Outros pontos da reforma também ficaram para depois, o que vai fazer o Centro Administrativo voltar às negociações. A reforma mostrou com quem Moisés pode contar, quem fará oposição e que há um grupo disposto a lhe dar corda para descobrir o que o governador fará com ela.

REFORMA DE
MOISÉS PASSA
SEM VOTOS
CONTRÁRIOS,
MAS PONTOS
IMPORTANTES
FICARAM PARA
SER DECIDIDOS
DEPOIS.
MUDANÇAS
NA CGE
DESAGRADARAM
COORDENADOR
DA PROPOSTA



CAROLINA BAHIA

Brasília

@Carolina_Bahia

SILVANA PIRES - INTERINA

Calendário Maia

A aprovação a toque de caixa da admissibilidade da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é a prova de que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) não estava brincando quando avisou que o parlamento tomaria conta da pauta econômica. Embora tenha assumido o compromisso com o ministro Paulo Guedes (Economia) de respeitar o trâmite da reforma da Previdência, considerada prioritária, Maia tentará emplacar o quanto antes o texto com a simplificação da cobrança de tributos apresentado

pelo líder do MDB na Câmara, Baleia Rossi (SP). Maior bandeira do setor privado, essa pauta jamais progrediu em governos anteriores por falta de vontade política, de acordo com os Estados e consenso com empresários. Hábil na costura de acordos, Maia promete costurar esses interesses, deixando a sua marca e fortalecendo o parlamento. Tudo isso, em um ambiente em que o governo Bolsonaro ainda não conseguiu construir uma estabilidade política a ponto de comandar as reformas com alguma possibilidade de sucesso. Em reunião com parlamentares do Nordeste, o presidente da República afirmou que ainda apresentará um projeto com possibilidade de gerar uma receita ainda maior que a Previdência. Só não disse o que é. Surpreendidos com a promessa, deputados dispostos a defender as mudanças nas aposentadorias reclamaram que a declaração fragiliza as negociações. Um parlamentar não perdeu a oportunidade de uma piada, em uma referência a Guedes:

- Será que vão estatizar o Posto Ipiranga?

DESCONGELOU

Reitores de universidades e institutos federais que estiveram ontem com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, escutaram que o Planalto está tratando “equivocadamente de forma ideológica a questão da Educação”. Já o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, falou em troca de gestos: a liberação de R\$ 1,2 bilhão para o Ministério da Educação está vinculada a aprovação pelo Congresso do projeto de crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para o governo federal.

SONDAGEM

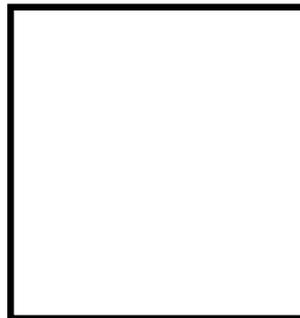
– Esse é o meu sonho!

A frase é do deputado Orlando Silva (PCdoB) sobre a ideia de Manuela D'Ávila concorrer à prefeitura de São Paulo. O parlamentar já conversou, inclusive, com o PDT sobre a possibilidade de um eventual apoio. Ele disse que a recepção foi positiva. Manuela concorreu à vice na chapa de Fernando Haddad (PT) à presidência da República na última eleição. Procurada pela coluna, Manuela não se manifestou.

CURTA

PROCESSO

A deputada Tabata do Amaral (PDT-SP) afirmou que vai processar por danos morais o ministro da Educação Abraham Weintraub. Em mais uma audiência tumultuada, o ministro divulgou *prints* de convites que foram feitos à parlamentar, nos quais constavam o telefone de Tabata e de auxiliares. Questionado pela coluna, o ministro preferiu não comentar o caso.





anderson.silva@somosnsc.com.br
(48) 3216-2995
@andersonsilvajor

REAÇÃO

A presidente da Comissão de Educação da Alesc, Luciane Carminatti (PT), se disse surpresa com a informação publicada ontem pela coluna sobre o projeto de escola cívico-militar que o Corpo de Bombeiros vai colocar em prática. Segundo ela, “essa proposta nunca foi discutida pelo governo conosco”. Por isso ela pedirá à corporação informações como o nível de habilitação dos profissionais, alimentação e transporte escola e certificação dos alunos: “Os bombeiros têm uma função insubstituível, assim como os professores”. Para a parlamentar, diante da alta demanda por estrutura e pessoal nos quartéis do Estado, “a sociedade precisa ser informada também de que o custeio dessas escolas cívico-militares sairá da segurança pública”.

Assembleia aprova reforma administrativa

Medida consiste na extinção de duas secretarias, Deter e Deinfra sob a justificativa da economia

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou por unanimidade, ontem o projeto de reforma administrativa do governo do Estado. Foram 35 votos favoráveis e quatro ausências. O projeto agora segue para sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL), que apresentou a proposta para reformular a estrutura de gestão.

A medida consiste na extinção de duas secretarias – a de Turismo, Cultura e Esporte e a de Planejamento –, e de

órgãos como o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e Departamento de Transportes e Terminais (Deter). O fim das últimas 21 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), herança dos mandatos do governador Luiz Henrique, e a retirada do status de secretaria da Defesa Civil Estadual também compõem as mudanças aprovadas pelos deputados estaduais nesta quarta-feira.

A economia proporcionada pela reforma foi um dos pontos de divergência ao longo dos quase dois meses de tramitação do projeto na Alesc. Ontem, antes da aprovação do projeto, o secretário de Estado da Casa Civil, Douglas Borba, reafirmou que a economia projetada pelo governo é de R\$ 120 milhões ao ano, totalizando quase R\$ 500 milhões ao fim dos quatro anos de mandato. Ele não detalhou a economia por mudanças, mas afirmou que o principal alívio nas contas está na extinção das secretarias do primeiro escalão e das 21 ADRs. No texto projeto enviado à Alesc, o governo defendeu que a reforma resultaria em extinção de cerca de 2 mil cargos e funções de confiança, o que representaria um terço dos cargos e funções. Entre os deputados houve quem pedisse mais precisão ao apontar a economia que as mudanças na estrutura administrativa do Estado podem proporcionar.

– A reforma vai ter que provar na prática o que o governo não conseguiu demonstrar, que é o montante exato da economia – disse a deputada Luciane Carminatti (PT).

Outro ponto questionado durante a discussão seriam sugeridos com emenda por Carminatti ontem que era a criação de um novo fundo estadual de incentivo à cultura. A reforma extingue o fundo atual, que é considerado importante para receber verbas do fundo nacional de Cultura. No entanto, o governo se comprometeu a apresentar até julho, antes do recesso, um projeto criando esse novo fundo. Com isso, ficou livre o caminho para a aprovação da proposta em plenário.

NEGOCIAÇÃO ELOGIADA

A reforma chegou ao plenário com ambiente favorável. A aprovação do projeto representou a primeira vitória do governo de Carlos Moisés na Alesc. A articulação feita pelos secretários Douglas Borba, da Casa Civil, e Jorge Eduardo Tasca, da Administração, foi elogiada na tribuna. As mudanças devem permitir que o governador imprima o formato que idealizou com a equipe. Em geral, essa visão de respeito à autonomia do governador para modificar a estrutura administrativa conforme o propósito na eleição predominou entre os deputados.

Ontem à noite, após a aprovação, o governador se manifestou e reforçou que as mudanças devem garantir uma administração mais eficiente e célere, sem estruturas duplicadas:

- A proposta de governo que teve receptividade das pessoas, inclusive com a nossa eleição, com as propostas de governo de transparência, integridade, com um Estado mais enxuto - apontou o governador do Estado.



A PROPOSTA DE GOVERNO QUE TEVE RECEPTIVIDADE DAS PESSOAS, INCLUSIVE COM A NOSSA ELEIÇÃO, COM AS PROPOSTAS DE GOVERNO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE, COM UM ESTADO MAIS ENXUTO.

CARLOS MOISÉS
Governador



A REFORMA VAI TER QUE PROVAR NA PRÁTICA O QUE O GOVERNO NÃO CONSEGUIU DEMONSTRAR, QUE É O MONTANTE EXATO DA ECONOMIA.

**LUCIANE
CARMINATTI**
Deputada estadual

O QUE MUDA

- A Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte será extinta.
- A Secretaria de Planejamento será extinta.

- O Deinfra também será extinto. As atribuições serão incorporadas pela agora Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, que também terá vinculação das oito superintendências regionais de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Lages, Joaçaba, Chapecó e São Miguel do Oeste.
- O Deter será extinto e terá as atribuições direcionadas à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade.
- A Defesa Civil perderá o status de secretaria do primeiro escalão e ficará vinculada diretamente ao gabinete do governador.

O QUE FALTA MUDAR

Lei 381

No novo parecer elaborado um dia antes da aprovação no plenário, os deputados estaduais decidiram pela extinção da lei que disciplinava a última reforma administrativa, de 2007. O governo pedia a manutenção da lei por alegar que alguns pontos relacionados a benefícios dos servidores estariam previstos nela. A Alesc definiu um prazo de 180 dias para a extinção da lei anterior. Nesse período, o governo deverá enviar à Alesc projeto de lei complementar para disciplinar esses pontos da lei anterior em um novo texto. O governo do Estado não questionou a deliberação e considerou como uma regra de transição.

Fundo de Cultura

Um dos questionamentos de alguns deputados envolvia o Fundo Estadual de Cultura, que foi extinto pela reforma administrativa. Sem esse fundo, o Estado poderia ter dificuldade para receber recursos federais do Ministério da Cultura que partem do Fundo Nacional. O Estado se comprometeu a elaborar um projeto de lei que cria um novo fundo estadual para a área cultural. A proposta deve ser apresentada até julho.

Projeto de lei tramita na Alesc para estabelecer **normas**, como o uso obrigatório de **capacete** fornecido pela empresa e a contratação de um **seguro** para os usuários

Regras para os **patinetes**

Falta de regulamentação dos equipamentos permite uso indiscriminado por parte dos usuários



Depois de Florianópolis, chegou a vez do Estado de Santa Catarina regulamentar o uso e a disponibilidade dos patinetes elétricos compartilhados. O projeto de lei número 0139.8/2019, apresentado pelo deputado estadual Luiz Fernando Vampiro (MDB), estabelece normas para utilização, como uso obrigatório do capacete que deverá ser fornecido pelas empresas que disponibilizam os equipamentos.

A intenção do projeto é evitar problemas como o ocorrido com um servidor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), de 32 anos, que teve o braço quebrado em abril após ser atropelado por um patinete elétrico conduzido por uma criança. Pela regulamentação aprovada em Florianópolis, os pais da criança é que deverão sofrer as consequências, uma vez que o uso do patinete por menores só é permitido mediante acompanhamento de maiores de idade. Com o braço quebrado, o ciclista e servidor da UFSC registrou boletim de ocorrência na 1ª Delegacia de Polícia Civil para cobrar fiscalização dos órgãos competentes.

O projeto de lei nº 0139.8/2019, que já tramita nas comissões, estabelece normas como a circulação de patinetes elétricos somente em ciclovias, ciclofaixas e vias públicas, onde o limite de velocidade não ultrapassa 60 km/h. Caso a lei seja aprovada, será proibido o uso do equipamento por mais de uma pessoa por vez.

De acordo com a proposta, as empresas que disponibilizarem patinetes elétricos deverão dotá-los dos seguintes equipamentos: farol dianteiro de cor branca ou amarela e lanterna de cor vermelha na parte traseira e velocímetro. O uso de capacete será obrigatório e deverá ser fornecido pelo prestador do serviço.

"Verificamos que falta uma regulamentação mais precisa do sistema, o que nos levou a propor uma lei para que os usuários e transeuntes tenham mais segurança nas ruas e calçadas. Embora sejam vistos como opção de mobilidade ágil e ecologicamente correta, despertam-se, simultaneamente, preocupações que demandam a necessidade de regulamentação do uso nas ruas", justificou Vampiro.

Prioridade para a segurança

As empresas que disponibilizam patinetes elétricos também deverão proporcionar e divulgar o número de telefone ou uma forma para contato com a central de atendimento 24h no próprio aplicativo para viabilizar o acesso à informação sobre equipamentos estacionados de maneira irregular, devendo recolhê-los no prazo de duas horas. Promover a segurança, com respeito às leis de trânsito, bem como informar aos usuários sobre as regras pertinentes, também será dever das empresas.

Outra obrigação das empresas responsáveis é contratar um seguro obrigatório para os

usuários para fins de cobertura em razão de morte por acidente, danos contra terceiros, invalidez parcial ou total, permanente ou temporária. A fiscalização dos serviços será de responsabilidades das guardas municipais ou órgãos competentes de trânsito.

Além de Florianópolis, São José também já possui o serviço de compartilhamento de patinetes. As empresas Grin e Yellow disponibilizam os equipamentos. As duas empresas foram contatadas pela reportagem do *ND*, mas até o horário de publicação do texto não haviam respondido aos questionamentos.

LINHA DO TEMPO

10 de dezembro de 2018

Grin disponibiliza 300 patinetes para testes na avenida Beira-Mar Norte, área central e parque de Coqueiros, em Florianópolis

20 de dezembro de 2018

Equipamentos começam a ser usados pela população, mas ao mesmo tempo começam a gerar reclamações de pedestres e comerciantes diante da falta de regulamentação

1º de fevereiro

Depois de compartilhar bicicletas na Lagoa da Conceição, Yellow também passa a disponibilizar patinetes na área central de Florianópolis

29 de março

Prefeitura de Florianópolis publica decreto que regulamenta serviço na Capital

22 de maio

Projeto de lei tramita na Assembleia Legislativa para regulamentar uso dos equipamentos

Ponto & Contraponto

ALTAIR MAGAGNIN ■ altair.magagnin@noticiasdodia.com.br



PASSOU BEM

Conforme antecipado na semana passada pela coluna – após ouvir os 40 deputados –, o projeto de lei complementar apresentado pelo Poder Executivo como reforma administrativa foi aprovado com ampla maioria pela Assembleia Legislativa. Foram 35 votos a favor, em primeira votação, e 34, em segunda. Os deputados entregaram o trabalho ontem, com antecedência de um dia ao que estava previsto no cronograma previamente estabelecido. Um feito, se compararmos com o momento de crise vivido em Brasília entre Congresso e Presidência.

A piada que circulou nos bastidores é que nem Jesus Cristo agradou a todos, então não seria Moisés quem agradaria. Porém, o texto aprovado deixou tanto governistas quanto parlamentares em geral bastante satisfeitos. O Executivo passou pelo primeiro grande teste. Certamente, virão provas de fogo maiores. Os deputados estaduais foram sensíveis ao fato de que Carlos Moisés (PSL) recebeu mais de 70% dos votos no segundo turno. Daqui para frente, outras batalhas virão. Num cenário político tão diferenciado, a prudência determina que as análises sejam feitas caso a caso. Política à parte, o fundamental agora é que o resultado possa começar a ser sentido pelo cidadão.

✓ **Placar.** Dos 40 deputados, Ivan Naatz (PV), Nilso Berlanda (PL), Padre Pedro Baldissera (PT) e Volnei Weber (MDB) não votaram. Naatz já havia anunciado que estaria viajando. Weber chegou quando a matéria já tinha sido aprovada. Perdeu o horário por complicações no voo de retorno de Brasília. O presidente Julio Garcia (PSD) já havia dito que só votará em casos de empate. Na segunda votação, Kennedy Nunes (PSD) se ausentou. A votação da redação final foi simbólica, não nominal. Veja o placar completo no blog.

Comemoração discreta. O governador e seus principais auxiliares preferiram não conceder entrevista após a aprovação, falando apenas por meio de gravações distribuídas aos jornalistas pela assessoria. O material foi gravado diretamente da Casa d'Agrônômica. Borba atendeu repórteres na Assembleia, mas antes da votação. O entendimento é que o protagonismo, ontem, era dos deputados.

Sábria decisão

O teor das declarações foi basicamente o mesmo. Para o governador Carlos Moisés (PSL), "a Assembleia tomou uma decisão sábia" e "votou a favor do Estado". A meta, com a reforma, é economizar R\$ 120 milhões por ano. Moisés valorizou o fim das "obsoletas" agências regionais, uma proposta de campanha de "todos os candidatos".

Testada e aprovada

Para o articulador político do governo, o secretário da Casa Civil, Douglas Borba, "o parlamento fez as contribuições necessárias" para a reforma, "pensada na transição e testada nos 100 primeiros dias do governo". Conforme o secretário de Administração, Jorge Tasca, o resultado "demonstra a conjunção de interesses do governo e da Assembleia em entregar os melhores serviços ao cidadão".



O blog da coluna acompanhou a votação em tempo real. Leia mais em NDmais.com.br

Dando corda

Há quem diga que a decisão dos deputados de aceitar a vinculação de muitas estruturas diretamente ao gabinete do governador – Cultura, Defesa Civil, Detran, Esporte e Turismo, por exemplo – seja "corda para se enforcar".

Mais de 150 emendas foram apresentadas. Ao analisarem, os relatores tiraram os respectivos nomes de autores e foram diretamente ao mérito. Despessoalizaram. Três deputados não aceitaram a derrota e levaram os temas a plenário. Bruno Souza (PSB), Luciane Carminatti (PT) e Marcus Machado (PL). Perderam duas vezes.



1 Galerias do plenário ficaram lotadas de servidores, a maioria da Segurança e da Cultura, Turismo e Esporte; **2** O presidente da CCI, Romildo Titon (MDB); **3** O líder do governo, Maurício Eskudlark (PL), entre os deputados Marcius Machado (PL) e Moacir Sapelsa (MDB); **4** Relator da reforma na CCI, Luiz Fernando Vampiro (MDB); **5** A presidente da comissão de Trabalho, Paulinha (PDT); **6** Deputada Luciane Caminatti (PT) e o relator na comissão de Finanças, Milton Hobus (PSD); **7** O vice-presidente Mauro de Nadal (MDB) e o presidente Julio Garcia (PSD).

Madura e republicana

Ao final da sessão, o presidente da Assembleia, Julio Garcia (PSD) foi à sala de imprensa conversar com os jornalistas. Disse que o resultado é fruto de uma "negociação madura e republicana". Questionado sobre a diminuição das decisões por decreto, disse que, "se fosse governador, também queria fazer tudo por decreto", mas "não funciona assim". Disse que é da democracia o Executivo respeitar o Legislativo.

☑ **Termômetro.** A votação unânime não é um termômetro do que vem por aí, conforme Julio Garcia. Sem "maioria constituída", é difícil estabelecer um padrão para as votações. Mas, "não teremos tantos projetos aprovados por unanimidade", projetou.

☑ **Fazendo política.** Em vários momentos, Julio Garcia fez questão de frisar que o governo "está fazendo política de forma intensa". "E faz muito bem. O governador é um agente político", disse. "No início, achou que não precisava, mas vai fazer", arrematou. Garcia parafraseou o que disse em plenário o deputado Felipe Estevão (PSL): "Desligamos o modo campanha e ligamos o modo mandato".



MARCELO LULA

**A APROVAÇÃO DA REFORMA,
GEAN LOUREIRO SE
LICENCIARÁ, MOISÉS**

PASSARÁ PARA OS MUNICÍPIOS A COMPETÊNCIA DA MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS ENTRE OUTROS DESTAQUES

Destaque do Dia

O governador Carlos Moisés da Silva (PSL) não tem mais desculpa, ou seja, terá que fazer com que o seu governo dê certo. Eleito com 71% dos votos dos catarinenses graças a “Onda Bolsonaro”, nada mais do que isso, Moisés tem sim, o direito de implementar o seu modelo de gestão, desde que isso não prejudique o Estado.

Ontem, a *Assembleia Legislativa* não deu toda a carta branca que ele pediu, mas acabou aprovando o projeto da Reforma Administrativa por 35 votos a zero, sem contar os quatro deputados que não estavam presente, e o *presidente Júlio Garcia (PSD)* que não precisa votar. Mas o fato é que a proposta passou quase que em seu formato original, sem ao menos sabermos o quanto será economizado e o custo que as mudanças previstas no PL, devem gerar ao Tesouro do Estado.

Vários *deputados* deixaram claro que discordavam de boa parte da reforma, mas, que mesmo assim, votariam pela aprovação. A análise geral é que muitas partes do projeto parece que foi feito no “chutômetro”, tanto, que segundo um *deputado*, quem fez não sabe o que mandou, tanto, que a análise foi feita sem o real entendimento, caso contrário, muita coisa não teria passado. Mesmo com a crítica, o fato é que, quem aprovou acabou indo na onda do argumento de que a não aprovação, poderia provocar a responsabilização da *Alesc* caso o governo não dê certo.

Portanto, a reforma de Moisés foi aprovada pelas conversas de bastidores, quando o governador conseguiu atrair alguns partidos para a sua base, além de um verdadeiro “pagar para ver”, como se os parlamentares atendessem a vontade do Executivo, para testar a capacidade do governo de realizar as tão prometidas melhorias na gestão do Estado. O relógio começou a contar, governador.

Reação

Ao final da votação do projeto da Reforma Administrativa na *Assembleia Legislativa*, o governador Carlos Moisés da Silva (PSL) comemorou dizendo o obvio, que o projeto representa uma forma de gestão que é o seu jeito de governar, falando de transparência, integridade e um Estado mais enxuto. Aproveitando que o governador falou em transparência, tomara que ele aplique essa visão para os gastos pessoais da Casa D’Agrônômica. Outro ponto destacado por Moisés, é que não terão estruturas fazendo a

mesma coisa em dois lugares distintos e, que a decisão da **Alesc** foi sábia, tendo votado a favor de Santa Catarina. Por sua vez, o secretário de Estado da Casa Civil, Douglas Borba, disse que a reforma foi testada no início do governo e, que a economia estimada é de R\$ 500 milhões para os quatro anos, mas sem especificar de que forma se economizará. O secretário de Administração, Jorge Eduardo Tasca, também foi sucinto ao dizer que será acelerada a implantação de um governo mais leve e compacto, fazendo mais com menos. Sem especificar, disse que o trabalho será mais qualificado com integridade e governança para entregar os resultados esperados. Que assim seja!

Cálculo sem números?

Na gestão pública não é possível trabalhar com “achômetro”, é fundamental que qualquer projeção seja feita de uma forma clara baseada em números. Qualquer coisa fora disso, é achismo, tudo o que não pode ocorrer numa gestão que promete ser responsável. Por exemplo, a proposta extingue as ADRs, as secretarias de Turismo Cultura e Esporte, além do Planejamento. Outro setor é o Departamento de Infraestrutura (Deinfra), e o Departamento de Transportes e Terminais, o Deter. Para tomar essa decisão, quero crer que o governo se baseou em números e, no chamado custo benefício para poder determinar a extinção. Portanto, onde estão esses números? A **Alesc** deveria ter cobrado isso do Executivo antes de aprovar o projeto.

Leia também » Os riscos da mobilização do dia 26, a novidade em Joinville, a presidência estadual do DEM entre outros destaques

Força na Alesc?

Acho prematuro falar em força do governador Carlos Moisés da Silva (PSL) na **Assembleia Legislativa**. Era óbvio que a proposta da reforma seria aprovada pelo motivo que já escrevi. Tanto é verdade, que Moisés ainda tenta consolidar uma base e, já até prometeu ao MDB que irá ajudar o partido a eleger o próximo presidente do parlamento. Esquece Moisés, que esse acordo já foi feito com o **presidente da Alesc, Júlio Garcia (PSD)**, ou seja, **Mauro De Nadal (MDB)** deve ser o próximo presidente e, pior, Moisés não tem força entre os parlamentares. Portanto, vamos aguardar o comportamento dos **deputados** nas próximas votações.

Nota de repúdio

“O Governo do Estado de Santa Catarina presta um desserviço à juventude catarinense. Foram mais de dez anos de luta para que o Estatuto da Juventude, carta magna da juventude brasileira, fosse aprovado. A lei 12.852 de 2013, que dispõe sobre os direitos e deveres da juventude brasileira, completa seus seis anos de existência em agosto, mas infelizmente, hoje, ao ser aprovada a reforma administrativa do Governo, os jovens catarinenses não terão o que comemorar. O Governo extinguiu o órgão estadual da Juventude, ignorando o Art. 6º da Lei 12.852/2013, que prevê a definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude.”

*Além disso, com a medida o Governo fere princípios e diretrizes do Sistema Nacional da Juventude, por deixar de possuir órgão estadual responsável pelas políticas públicas de juventude. É um momento de profundo retrocesso nas conquistas dos direitos da juventude catarinense. Diante do exposto, como Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude, ex-Coordenador Estadual da Juventude do Governo do Estado e atual Coordenador da Juventude da Prefeitura de Florianópolis, manifesto meu repúdio à decisão tomada, rogando para que o Governo Estadual reconheça a importância da pauta do segmento e reveja a decisão tomada” – **Fernando Fernandes – Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude e Coordenador da Juventude da Prefeitura de Florianópolis.***

Loureiro se licenciará



O prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, parece ter chegado ao auge do constrangimento por estar no MDB. Ele revelou a pessoas próximas que não tem problema algum com as lideranças estaduais, mas já não se sente bem por estar em um partido que ainda não expulsou as lideranças nacionais acusadas de corrupção, caso do ex-presidente, Michel Temer, entre outros. Loureiro deve conversar nos próximos dias com o ex-governador, Eduardo Pinho Moreira, com o ainda presidente do partido, Mauro Mariani e com o senador Dário Berger. Anunciará que se licenciará do MDB e que se afastará das atividades partidárias.

Foco na gestão

O prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro (MDB), não participará da convenção do partido. Ele acha que seria incoerente de sua parte votar na convenção, sendo que ainda pensa em trocar de partido. Desse modo, Loureiro vai se dedicar totalmente à sua gestão, onde está planejando uma série de reuniões e ações. O prefeito pretende ficar licenciado até o próximo ano, quando decidirá se ficará no MDB, ou se mudará de partido. Nos bastidores é dito que o PSB e o Podemos seriam os possíveis destinos de Loureiro, caso opte pela mudança.

Leia também » Custo da Agrônômica pode ultrapassar os R\$ 500 mil mensais, Reforma Administrativa será votada amanhã, MDB pode ter disputa em SC entre outros destaques

Colombo em SP



O ex-governador Raimundo Colombo (PSD) aceitou o convite da Associação Comercial de São Paulo, para a partir da próxima segunda-feira (27), ser um dos integrantes do Conselho Político e Social (COPS) da entidade. Colombo disse que se trata de um convite especial e que espera contribuir levando os bons exemplos de Santa Catarina. “Não aumentar os impostos é um deles”, afirmou.

Rodovias estaduais

Conversei com o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e prefeito de Tubarão, Joares Ponticelli (Progressistas), a respeito da proposta do Governo do Estado, de fazer em parceria com as associações de municípios a recuperação de rodovias estaduais. Ponticelli explicou que na prática, os investimentos passarão dos R\$ 50 milhões anuais que eram feitos no governo de Raimundo Colombo (PSD), para R\$ 76 milhões neste ano a partir do próximo mês, e mais R\$ 120 milhões anuais até o final do governo. Para Ponticelli, o valor não é o ideal, mas já é o dobro do que foi aplicado anteriormente.

Garantia aos municípios

Desde que o governador Carlos Moisés da Silva (PSL) anunciou a proposta de parceria com as associações de municípios, para a recuperação das rodovias estaduais, tenho

trazido a preocupação com a possibilidade das contas caírem no colo dos municípios, já que o Executivo até o momento, não apresentou a fonte dos recursos prometidos para os investimentos nas rodovias estaduais. Vale lembrar que não existe nenhuma modalidade de financiamento para recuperação de rodovias, apenas para investimentos. O presidente da Fecam, Joares Ponticelli (Progressistas), concordou com a preocupação, por isso, informou que os convênios serão assinados dentro dos consórcios, não diretamente com os municípios. Além disso, ele informou que para legalizar a parceria, Moisés assinará uma delegação de competência aos municípios, para que caiba a eles a manutenção das rodovias. Preocupante.

Concessão do aeroporto

O município de Chapecó está autorizado a iniciar o processo de concessão do aeroporto Serafin Enoss Bertaso. O prefeito Luciano Buligon (DEM), deve dar início ao processo nos próximos dias. Algumas empresas já se mostraram interessadas em participar da concorrência. Quem vencer, deverá receber o projeto para a construção de um novo terminal.

Trevo de Araquari

Em encontro com lideranças realizado pela Associação Empresarial de Araquari, o presidente Alcidir Boaretto, junto a demais lideranças da entidade, reivindicou ao superintendente estadual do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), Ronaldo Carioni, a instalação de dois trevos alemães para facilitar o acesso e diminuir os acidentes na entrada do município, na BR-289. Ontem, a entidade recebeu uma resposta de Carioni, de que serão feitos os trevos ao valor de R\$ 1 milhão, recurso garantido pelo Fórum Parlamentar Catarinense.

Recado?

O vereador de Florianópolis, Maikon Costa (PSDB), que enfrenta um processo de cassação na Câmara, devido a acusação que sofreu de ter pedido dinheiro a suplentes para dar espaço para eles, parece ter deixado um recado bem claro. Costa fez questão de falar durante a sessão nesta semana, que contratou a advogada, Júlia Vergara para a sua defesa. Acontece que Júlia, é ex-delegada e atuou na Operação Moeda Verde, onde o atual presidente da Câmara, Roberto Katumi (PSD), entre outras lideranças, estão entre os investigados.

Leia também » Sem disputa no MDB catarinense

MP das aéreas

O deputado federal Hélio Costa (Republicanos), votou a favor da Medida Provisória que autoriza até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas com sede no Brasil. O parlamentar disse que é legítima a medida por conta dos problemas enfrentados pelo mercado e pelo consequente aumento dos preços das passagens. Atualmente, o limite de capital estrangeiro nas companhias é de 20%. Houve aprovação de destaque de preferência para a votação da MP original. A matéria também passou no Senado.

Fórum Parlamentar

Seguindo roteiro de reuniões descentralizadas pelo Estado, o Fórum Parlamentar Catarinense, composto pelos 16 Deputados Federais e três Senadores, promoverá seu terceiro encontro regional amanhã, na sede da ACIC, em Criciúma, a partir das 10h. Com organização das atividades realizadas pelo deputado federal Daniel Freitas (PSL), a reunião contará com a presença do Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, do governador, Carlos Moisés da Silva (PSL), além de prefeitos, vereadores e lideranças dos municípios que compõem a AMREC, AMUREL e AMESC. Também a convite de Freitas, o deputado federal Delegado Waldir (PSL/PR), líder do PSL na Câmara dos Deputados, irá participar do evento.

Barragens

Começa a tramitar na *Assembleia Legislativa* um projeto de lei, de autoria do *deputado estadual, Ricardo Alba (PSL)*, que quer proibir terminantemente em Santa Catarina, a construção de barragens construídas com a técnica de alteamento a montante, mesmo sistema das problemáticas barragens de Minas Gerais. *Alba* se preocupou com o fato de que no estado, já há estudos para barragens desse mesmo modelo, nos municípios de Anitápolis e Papanduva.

Preservação do boto pescador

A *Assembleia Legislativa* hoje, às 19h, realiza uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Laguna para debater a preservação do boto pescador. A iniciativa para o evento partiu do presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura, *deputado Felipe Estevão (PSL)*, diante do registro da morte de 19 animais desde 2018 e, a preocupação com a preservação dos 54 animais identificados que habitam a região. Serão convidados representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e especialistas em biologia marinha para discutir a adoção de uma política pública para preservar os animais símbolos de Laguna.

Convenção lojista

O movimento lojista catarinense realiza nesta semana, em Joinville, o seu maior evento do ano. A 48ª Convenção Estadual do Comércio Lojista que começa hoje e prossegue até sábado (25), uma iniciativa da Federação das CDLs de Santa Catarina (FCDL/SC), e da CDL de Joinville, que reunirá empresários, executivos e dirigentes de CDLs em torno de uma série de debates. “Ainda nos ressentimos de medidas que promovam a retomada do crescimento econômico, que impactem rapidamente no comércio, hoje ameaçado pelo alto índice de desempregados e pelo endividamento familiar”, observa o empresário Ivan Tauffer, presidente da FCDL/SC.



Aprovada a reforma que vai gerar uma economia de R\$ 500 milhões em quatro anos

22 de maio de 2019 Por Olivete Salmória

A Assembleia Legislativa (Alesc) aprovou por unanimidade, na tarde desta quarta-feira, 22, o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui a Reforma Administrativa do Governo de Santa Catarina. Com isso, o Executivo formaliza a criação de uma estrutura mais enxuta e eficiente, que irá gerar economia estimada em R\$ 500 milhões durante os quatro anos de mandato.

A redação final traz alterações construídas na base do diálogo com os parlamentares, mas mantém o objetivo fundamental da proposta: fazer um governo mais moderno e transparente, que entregue serviços com mais qualidade para os catarinenses.

O secretário de Estado da Casa Civil, Douglas Borba, disse que a reforma administrativa passou por três etapas importantes. ***“Começando pela sua formulação durante o período de transição, passando pela fase de teste nos primeiros meses de Governo e, por fim, pelo aperfeiçoamento com ajuda do Parlamento”***, disse Borba, que acompanhou a votação ao lado do governador Carlos Moisés.



TRIBUNA DE NOTÍCIAS
QUINTA-FEIRA,
23 DE MAIO DE 2019

Adelor Lessa



adelor-lessa@hotmail.com
twitter.com/adelorlessa

.5

MUDANÇA DE FOCO NO PAÇO

O governo do prefeito Clésio Salvaro não vai abandonar a “briga” com a Casan, nem o projeto do “mergulho” na Avenida Centenário. Assuntos polêmicos, que dividem opiniões, e que por isso podem produzir desgaste. Por sinal, hoje será a abertura das propostas na licitação para obra do “mergulho”.

Mas, há no Paço um movimento novo para mudar o foco do governo. Especialmente, da sua relação com o “mundo externo”.

Destaque para os projetos envolvidos no contrato com o Fonplata, que finalmente vai sair do papel. Deve ser assinado durante junho e vai representar aporte de R\$ 50 milhões para obras no sistema viário, principalmente na região do bairro São Luiz.

Vão incluir o elevador na rótula da rodovia Luiz Rosso, implantação do binário e revitalização da rodo-

via Santos Dumont.

Além disso, o governo vai tratar mais do plano de pavimentações que está em curso. Serão mais de 800 ruas pavimentadas. Mais que o dobro do que o próprio Salvaro fez no primeiro mandato. Quase o que foi feito por todos os outros mandatos somados.

O governo do prefeito Salvaro fez caixa (tem mais de R\$ 30 milhões e mais de R\$ 100 milhões na conta) e projeta expressivo volume de obras a partir do segundo semestre.

O movimento novo em curso no Paço pretende fazer com que tudo isso seja muito falado do que contrato com a Casan e “mergulho” na Centenário. Não que isso represente um recuo. O prefeito e os seus auxiliares próximos têm absoluta convicção que estão fazendo o que deve ser feito nos dois casos. Mas, apenas para passar que o governo é mais do que isso.

LICITAÇÃO DO MERGULHO

Não deve passar em branco de novo a licitação do mergulho na Avenida Centenário. Desta vez, empresas retiraram o edital e devem apresentar propostas.

Entre elas, uma construtora de Criciúma com tradição em obras públicas.

O governo está com material de mídia pronto para ser colocado na rua nos próximos dias, apresentando detalhes do projeto. O entendimento é que o contribuinte, na ampla maioria, não sabe do que se trata.

NA PONTA DO LÁPIS

Prefeito Salvaro está com os números na sua agenda, sobre a operação do sistema de água e esgoto de Criciúma.

A Casan tem faturamento de r\$ 7,8 milhões/mês, com resultado em torno de r\$ 2 milhões.

Com o rompimento do contrato, pretende baixar as tarifas de água e esgoto, reduzindo a projeção de receita, mas oferecendo contrato de r\$ 4 milhões para gestão do sistema.

Neste caminho, reduzirá os preços para o contribuinte e viabilizará uma receita nova para a município em torno dos mesmos r\$ 2 milhões/mês.

PODE FICAR

Prefeito Salvaro está com tudo pronto para romper o contrato com a Casan. Ainda não fez, porque segue o roteiro definido pelos advogados que o assessoram, para não correr risco de reversão.

Mas, ainda pode dar acordo com a Casan.

O prefeito garante que vai oferecer para a Casan continuar operando o sistema, desde que aceite receber os R\$ 4 milhões.

Se a Casan não aceitar, deve ser assinado contrato emergencial com uma empresa com experiência na área (provavelmente a Águas de Tubarão), enquanto o município prepara o novo edital de licitação.

A VENDA DA PORTINARI

O grupo paulista Duratex faz mais um grande negócio na região, no setor cerâmico.

Depois de comprar a Ceusa, de Urussanga, em 2017, fechou a operação de compra de 100% das ações da Cerâmica Portinari.

Negociação foi fechada por valor total aproximado de R\$ 1 bilhão. Ouase a metade. representa dívidas assumidas.

O último passo para o fechamento do negócio foi o acordo com os filhos do empresário Dilor Freitas, falecido, que detinham em torno de 30% das ações.

Documentos teriam sido assinados ontem à noite, em São Paulo.

A Portinari, que virou principal marca do grupo Cocrisa, é uma das principais empresas do setor cerâmico no país. O seu controle acionário foi comprado em 2012 pelo Vinci (grupo de investimentos), que conduziu a negociação com a Duratex.

A direção da Duratex distribuiu comunicado interno sobre a compra ontem à noite.



A REFORMA APROVADA

A Assembleia Legislativa fez a sua parte. Aprovou por unanimidade dos votos em plenário o projeto da Reforma Administrativa no governo.

O governador Carlos Moisés, PSL, tem as condições que queria para governar.

UM CRAQUE

A aprovação da reforma, e por unanimidade, foi uma importante vitória política do governador Carlos Moisés.

De atuação discreta, reservada, mas com jeito e habilidade, ele conseguiu viabilizar operação digna de um político veterano.

Mas, o destaque no processo foi atuação do secretário chefe da Casa Civil, Douglas Borba. Se revelou um craque na política.



MUDANÇA DE ROTA

Faz poucos dias, o governo Moisés contabilizou derrotas na Assembleia. A principal delas, de goleada, tratou do repasse para os hospitais filantrópicos.

Antes, quase uma dezena de vetos, e a polêmica matéria das isenções de ICMS.

Com a vitória tranquila de ontem, mostrou que entendeu o processo, fez a leitura correta, mudou o rumo da prosa, e fez a correção de rota na relação com a Assembleia.

PODE, ARNALDO?!

O secretário da Fazenda de Criciúma, Celito Cardoso, disse na CPI do CriciúmaPrev que, por estratégia do Paço, mesmo com dinheiro em caixa, a prefeitura não pagou o CriciúmaPrev. Conduzindo para um parcelamento de dívidas.

Disse que ainda que o prefeito Salvaro foi quem determinou que assim fosse feito.

A revelação é o principal fato apurado até agora pela CPI.



BANCADA DO SUL ENTREGA REIVINDICAÇÕES AO GOVERNADOR

A Bancada do Sul na Assembleia Legislativa, sob o comando do presidente da Casa, deputado Julio Garcia, do PSD, em almoço ontem, encaminhou as reivindicações que devem ser entregues ao governador Carlos Moisés, do PSL, amanhã, em Criciúma. O documento é resultado de reuniões realizadas pelos deputados com setor produtivo, lideranças políticas e comunitárias e abrange 45 municípios e 992 mil pessoas. A entrega será feita por todos os deputados estaduais e federais do Sul, pouco

antes da reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, marcada para 10 horas, na sede da Associação Empresarial da cidade. A recuperação da Rodovia Jorge Lacerda, que liga Criciúma à BR-101, encabeça a lista de reivindicações da Amrec. Da Amesc, a pavimentação da Serra do Faxinal, e da Amurel, a Rodovia Ivane Fretta Moreira. As reuniões da bancada do Sul foram realizadas no dia 15 de abril e os deputados trabalham em conjunto para suprir as principais demandas da região, buscando celeridade ao processo.

CLIMA AMENO

O clima na manhã de ontem na Assembleia Legislativa, de total calma mesmo com a previsão de votação da Reforma Administrativa do Governo, foi confirmado com a aprovação da matéria por unanimidade dos deputados presentes na sessão. A proposta do Governo teve emendas, mas não foi modificada profundamente, contentando inclusive promessas do governador em campanha, como a extinção das Secretarias Regionais. O Deinfra e o Deter também estão extintos.

PROPOSTA DESAPROVADA

Deputado estadual Marcos Vieira, do PSDB, chamou atenção para um detalhe na proposta de Reforma Administrativa, que trata da lei 381. Com 209 artigos, a lei teve extintos 180, ficando com apenas 29. A proposta dos deputados durante a discussão da matéria era a revogação da Lei de 2007, época do governador Luiz Henrique, e acrescentar os artigos ao projeto de Reforma Administrativa, o que o atual governo não aceitou. A chave para a resposta pode estar no fato de que os 29 artigos que sobraram tratam de benefícios de corporação que envolvem também os bombeiros, da qual o governador Moisés faz parte. Caso haja alguma crítica, da forma como ficou, ele poderá dizer que trata-se de uma lei de governos passados.



NOVA VENEZA

Prefeito de Nova Veneza, Rogério Frigo, do PSDB, e o vice, Zé Spillere, do PSD, estiveram ontem na Assembleia para divulgar a Festa da Gastronomia, que acontece de 20 a 23 de junho, em comemoração aos 128 anos de colonização. O prefeito espera para o tradicional Baile de Máscaras o governador Carlos Moisés.

CRICIUMAPREV

No depoimento ontem na CPI do CriciumaPrev, o secretário da Fazenda, Celito Cardoso, admitiu que o pagamento de parcelas do CriciumaPrev não ocorreu por questões estratégicas, apesar de recursos em caixa. O presidente da CPI, vereador Júlio Kaminski, do PSDB, avaliou que o poder público não poderia tomar decisões com base somente em estratégia, principalmente em razão de leis a serem cumpridas.

BASTIDORES

O depoimento do secretário da Fazenda de Criciúma, Celito Cardoso, na CPI do CriciumaPrev ontem, na Câmara de Vereadores de Criciúma, foi acompanhada de perto pelo presidente do instituto, Darci Antônio Filho e pelo advogado do CriciumaPrev, Augusto Althoff. Ambos estiveram na sede do Legislativo para conferir a fala de Celito.



PRIMEIRA MÃO

Colunista da última página do Jornal Tribuna de Notícias, Ney Lopes, adiantou na segunda-feira a negociação para a venda da Cecrisa, anunciada ontem por Lauro Jardim, no O Globo. A negociação aguarda aprovação do Cade e teria envolvido cerca de R\$ 1 bilhão.

NA CAPITAL



O ex-coordenador Estadual da Juventude, Telor Topanotti, que foi também coordenador municipal do seguimento no Governo de Márcio Búrigo, deve assi-

nar amanhã sua desfiliação do PP. Ele assumiu nesta semana função na Prefeitura de Florianópolis, sob o comando de Gean Loureiro, do MDB. Topanotti é chefe de gabinete do secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento de Florianópolis, Thiago Chaves, primeiro suplente de vereador do PP na Capital.

MIGRAÇÃO

O prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, deve migrar para o PR ou Podemos, com projeto de reeleição que deve envolver também possível candidatura de Thiago Chaves para vereador.

“

Se a Unisul fechar, será uma avalanche para Tubarão pior que a enchente de 1974”

Deputado Felipe Estevão, do PSL, que deve receber na próxima semana o reitor da Unisul para tratar da situação complicada por qual passa a Universidade.



“O Governo, agora, tem a reforma que queria”

Alesc aprovou por unanimidade texto substitutivo da Reforma Administrativa do governo Carlos Moisés

Presidente da Alesc, Julio Garcia, concedeu entrevista coletiva logo após a sessão



BRUNA BORGES
Florianópolis

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou por unanimidade o texto substitutivo da Reforma Administrativa do governo Carlos Moisés (PSL). Os 35 deputados estaduais presentes à sessão foram favoráveis ao projeto em primeira votação e, para acelerar o processo, uma extraordinária foi aberta logo em seguida, na qual os 34 deputados presentes votaram e confirmaram a aprovação da reforma. Em entrevista coletiva após a votação, o presidente da Alesc, Julio Garcia (PSD), comentou o resultado.

"Foi um dia histórico para Santa Catarina. Governo e Assembleia deram uma demonstração de que estão ambos trabalhando pela sociedade. O governo, agora, tem a reforma que queria, não há o que reclamar. Eu acho que a partir de

hoje começa o governo", declarou Garcia.

O texto aprovado ontem não foi o original enviado pelo governo, ele sofreu alterações dos parlamentares e essas emendas evoluíram para um projeto substitutivo global, esse, sim, que recebeu o aval da Assembleia. O relator da proposta, Luiz Fernando Vampiro (MDB), destacou o trabalho que foi realizado para que se chegasse à redação final.

"Abrimos a casa, fizemos audiências públicas setorizadas ouvindo todos os setores que foram diretamente relacionados. Oportunizamos o diligenciamento aos 40 deputados. Aceitamos as proposições da sociedade civil organizada ou não organizada, desde o servidor que ficou a mercê da sua carreira até aquele que não estava a mercê da sua carreira, mas defendeu de forma voluntária um setor, um segmento ou algo de engrandecimento aos catarinenses", disse Vampiro.

Economia de R\$ 500 milhões

Entre os principais pontos da reforma estão a extinção das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), a

redução do número de secretarias e o corte de cargos em comissão. A intenção é de que as novas regras tragam

uma economia de aproximadamente R\$ 500 milhões durante os quatro anos de mandato de Moisés.



Foi um dia histórico para Santa Catarina. Governo e Assembleia deram uma demonstração de que estão ambos trabalhando pela sociedade. O governo, agora, tem a reforma que queria, não há o que reclamar. Eu acho que a partir de hoje começa o governo"

Julio Garcia, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

35

deputados compareceram à sessão de votação da Reforma Administrativa

Sanção sem vetos

O texto aprovado na Alesc, agora, segue para a sanção do governador e, como não se trata do texto original, pode haver também vetos por parte de Moisés. Essa possibilidade, porém, está descartada para o presidente do Legislativo.

“O governo foi respeitado e as mudanças que foram feitas foram com um entendimento com o governo. Não houve uma imposição da Assembleia sobre as mudanças no projeto, houve uma negociação madura, republicana, que culminou com um projeto sensato e que certamente não

terá vetos”, afirmou Garcia.

De parte do Executivo, o secretário de Estado da Casa Civil, Douglas Borba, manifestou-se após a provação, disse que assistiu à votação ao lado do governador e sinalizou pela aprovação sem vetos do texto. Para Borba, a Reforma Administrativa passou por três etapas importantes. “Começando pela sua formulação durante o período de transição, passando pela fase de teste nos primeiros meses de Governo e, por fim, pelo aperfeiçoamento com ajuda do Parlamento”, pontuou o secretário.

Proposta sobre taxa da Casan é rejeitada

Além do substitutivo global, três emendas foram apresentadas pelos deputados e também votadas ontem, após a aprovação do texto geral. Uma delas, de autoria do deputado Marcius Machado (PR), previa que todas as cidades que trabalham com a Casan tenham a taxa do esgoto fixada em 60% do valor da taxa de água. Caso fosse aprovada, a emenda atenderia aos pedidos da Pre-

feitura de Criciúma, que negocia com a companhia estadual desde o começo do ano.

“Chega de o povo pagar diretor, chega de o povo pagar benefícios. Precisamos trabalhar de forma intensa e peço que os deputados votem a favor dessa emenda e possa fazer valer os direitos daqueles que estão pagando 100% da tarifa”, defendeu o deputado. A emenda, porém, foi rejeitada

com 24 votos contrários e apenas sete favoráveis.

As outras propostas de alteração no texto também não passaram pelos deputados. Os assuntos das emendas eram: inclusão da Coordenadoria da Mulher na estrutura do governo; extinção dos pontos facultativos no setor público e adoção de critérios mais rigorosos para a concessão do auxílio-combustível.

DIÁRIO DO SUL



Política

NÉIA LOPES

Moção de Repúdio

O vereador Paulo Henrique Lúcio (PT) encaminhou moção de repúdio ao presidente Jair Bolsonaro reclamando do corte de recursos para a área da educação. “Esse corte

orçamentário gigantesco já começa a atingir os campi das duas universidades federais e dos dois institutos federais existentes em nosso Estado e essa decisão, se mantida, inviabilizará vários projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como a assistência estudantil, colocando em risco, inclusive, a conclusão do ano letivo nessas instituições educacionais”, diz a moção. Quando Dilma anunciou corte de R\$ 9 bilhões na área, o edil não se manifestou.

Asilo

O secretário de Articulação Nacional, Diego Goulart, acompanhou o vereador tubaronense Gelson Bento em diversos compromissos em Brasília, dentre eles uma audiência com a diretora do departamento da rede socioassistencial privada, Maria Amélia Sasaki.

Asilo 2

Neste encontro, a dupla tubaronense tratou da renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social do Abrigo dos Velhinhos de Tubarão. O deputado federal Daniel Freitas também recebeu o vereador em seu gabinete e hipotecou apoio a esta e outras demandas da Cidade Azul.

Previdência

Em audiência pública com o secretário especial da Previdência Social, Rogério Marinho, a deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC) defendeu que o Parlamento promova as mudanças necessárias no texto da Reforma da Previdência.

Previdência 2

“Esta Casa tem o dever de corrigir as distorções neste texto para que possamos apresentar para a sociedade uma proposta de Reforma da Previdência mais justa e condizente com a realidade do conjunto dos trabalhadores brasileiros”, afirmou a parlamentar catarinense.

Conselho Tutelar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Tubarão publicou duas erratas anexadas ao edital do processo de escolha dos novos membros. Uma altera a nota mínima da prova objetiva para seis e a outra passa a permitir reeleições ilimitadas, na forma da lei nº 13.824/2019. As inscrições seguem até amanhã.

Atendimento

Na sessão ordinária da última segunda-feira, o vereador tucano José Luiz Tancredo apresentou projeto de lei dispondo sobre o prazo máximo para atendimento aos clientes em cartórios públicos localizados no município de Tubarão.

DIZEM MAS EU NÃO AFIRMO

Que o edil usa um peso e duas medidas...



Política

MILTON ALVES

E Imituba ficou mais triste

A minha querida cidade portuária, na qual vivi parte da vida como veranista de Itapirubá, e atuei profissionalmente em inesquecível passagem pela Rádio Difusora Bandeirantes, perdeu na tarde de ontem um dos seus personagens marcantes. Não só pela história de vida, mas também pela forma de ser e interagir com os demais membros da sociedade. Atacado dois meses atrás por um câncer no fígado (seu pai também foi vitimado por essa doença), Liris Laudelino de Sena Filho, o “Filhinho do Posto”, nos deixou prematuramente aos 59 anos.

O posto e a loteria

Filhinho, que ao lado da mãe Olga e dos irmãos, herdou do pai nos anos 70 um posto de combustíveis no distrito da Vila Nova, o primeiro daquela comunidade, acabou se transformando num dos jovens ícones da geração dourada de Imituba do fim dos anos 70 e década de 80, após ficar “milionário” ao dividir com outros dois ganhadores, em fevereiro de 1978, com apenas 19 anos, um prêmio maior da Loteria Esportiva (a febre de então), que colocou 16 milhões e 700 mil cruzeiros (moeda da época) em seus bolsos e mexeu com sua vida.

A paixão por velocidade

Apixonado por carrões e motos potentes, e generoso - acima de tudo -, presenteou cada uma das duas irmãs com automóveis Maverick, um irmão (então menor de idade) com uma moto pequena e se presenteou com um moderno Miúra, uma potente 500 cilindradas, além de uma lancha de 21 pés. Solidificou sua condição de empresário no ramo de combustíveis construindo mais um posto, adquiriu imóveis, investiu em transportes e edificou para a mãe e irmãos uma casa com características de mansão às margens da lagoa Mirim. Sempre procurou colaborar com o esporte da cidade.

A Copa da Argentina

Ainda jovem conheceu o Brasil, viajou pelo mundo, foi à Copa da Argentina naquele ano de 78, fez alguns outros investimentos e deixou a vida seguir. Aproveitou o que pode e da melhor forma possível. Constituiu família, criou os filhos e, apesar dos altos e baixos que castigou a economia brasileira e, por consequência, os empresários nas décadas subsequentes, nunca se afastou de coisas que sempre prezou: a roda de amigos e um permanente sorriso no rosto. Ano passado, recebeu da Câmara de Vereadores de Imituba, por indicação de Robertinho Rodrigues (PSD), a medalha de honra ao mérito municipal. Nos deixou um típico “boa gente”, um “sujeito do sangue bom”. Vai deixar saudades.

Frente Parlamentar em Criciúma

Tendo como anfitrião o deputado Daniel Freitas (PSL), a Frente Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional promove encontro amanhã, na sede da Associação Empresarial de Criciúma (Acic), com as presenças do governador Carlos Moisés e do ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque. Também estará presente o deputado delegado Waldir, líder do partido de Daniel, na Câmara dos Deputados. Como na ocasião serão tratadas pautas prioritárias das três microrregiões: Amrec, Amurel e Amesc, diversas autoridades representativas dos municípios que integram o Grande Sul deverão se fazer presentes. Aproveitando sua vinda à Criciúma, o ministro fará visita à Satc e à mina modelo.



Geral

ARILTON BARREIROS

Honrarias

Hoje, às 19h, no Clube 7 de Julho, a Câmara de Tubarão realiza sessão solene para entrega de título de cidadão tubaronense à deputada federal Geovânia de Sá por indicação do vereador João Fernandes; ao **deputado estadual Volnei Webber**, a pedido de Douglas Antunes; a Carlos R. Truá, por indicação de Alexandre Moraes; a Mário Cardoso por deferimento de Moisés Nunes; a José A. Matiola por pedido de Gelson Bento e a Carlos R. da Silva, por solicitação de Júlio Kurisquinho. Serão homenageados com honra ao mérito Itamar Vieira, a pedido de Zaga Reis; João A. Monteiro, por indicação do professor Paulão; Marco A. M. Rodrigues, a pedido de José Luiz Tancredo; padre Rafael Uliano, por indicação do vereador Xandão; Narbal M. Cardoso, por solicitação de Eraldo Pereira; Avelino E. Cardoso, por proposição do vereador Chumbinho; Ulysses M. da Silva, indicado por Dalton Marcon; André F. Urbano, a pedido de Evandro Mota; Silvio Roberto Lisboa, indicado por Jairo Cascaes; e José P. Bittencourt, a pedido de Evaldo Campos.

Entrelinhas

Foi aprovado na Câmara Municipal de Laguna o projeto de lei complementar número 005/19, de autoria do prefeito Mauro Candemil, que cria a intendência da Região da Ilha. Após sancionar a lei, o prefeito lagunense deverá indicar quem será o intendente e definir o local para a instalação da nova sede.

Na Câmara de Tubarão, o vereador Douglas Martins Antunes apresentou projeto de resolução que cria comissão especial para a realização de análise sobre a aplicação dos recursos financeiros firmados em convênios entre o poder público municipal de Tubarão e a Aproet (Associação de Promoção e Educação Tubaronense). Nas redes sociais, existem muitos comentários sobre desvios na entidade.

Empresário Luciano Menezes, proprietário da Ford Caminhões e Florisa de Tubarão e atual presidente da Apae e do PSD, embarcou com sua esposa ontem para a Patagônia, onde irá receber o prêmio da Ford do Brasil por ser o primeiro colocado em vendas de caminhões e de veículos em todo o Brasil. Antes de viajar, Luciano concedeu várias entrevistas sobre o estacionamento rotativo da Cidade Azul.

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doenças raras. De acordo com o texto, estes profissionais deverão ter o ensino fundamental completo e curso de qualificação na área, além de idade mínima de 18 anos, bons antecedentes criminais e atestados de saúde e aptidão física. O projeto segue agora para sanção do presidente Bolsonaro.

Pela segunda vez, o vereador Israel de Souza, do MDB de Braço do Norte, teve seu pedido que acabava com o recesso parlamentar em julho rejeitado pela Câmara municipal. Por 6x4, Israel viu seu projeto ser derrotado, mas garantiu que não vai desistir. Votaram a favor, além dele, Rafael Borgert, Carmelina da Silva Rossi e Roberto Loch Rohling.

Governador Carlos Moisés estará acompanhando amanhã, em Criciúma, o ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, que atendeu convite da Frente Parlamentar através do deputado federal Daniel Freitas. Em evento na Acic, serão tratadas questões relativas à região Sul, onde estão inseridas a Amrec, Amurel e Amesc.



POLÍTICA

Reforma administrativa é aprovada é aprovada por unanimidade pela Alesc

Por unanimidade, os *deputados estaduais* catarinenses aprovaram, na tarde desta quarta-feira (22), a proposta de Reforma Administrativa do Poder Executivo, prevista no Projeto de Lei Complementar (PLC) 8/2019. A matéria também teve a Redação Final aprovada e, com isso, segue para a sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL).

A sessão que discutiu e votou a reforma durou mais de duas horas. Ao todo 17 *deputados* ocuparam a tribuna para se manifestar sobre o projeto, que tramitou na

Assembleia em regime de urgência. Nos discursos, os parlamentares reconheceram que o governo tem a prerrogativa de formatar o modelo de gestão que quer imprimir ao Estado.



Destacaram também a participação do Legislativo na melhoria do texto encaminhado pelo Executivo e enaltecem a disposição do governo em dialogar com o Parlamento na elaboração da emenda substitutiva global que manteve a estrutura proposta pelo PLC 8/2019, com a incorporação de parte das emendas apresentadas pelos *deputados*.

Para o *presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PSD)*, a votação da reforma foi um dia histórico. Para ele, o comportamento do governo e dos *deputados* nas discussões sobre o projeto serve de exemplo para o restante do país.

“Quando comparamos o que Santa Catarina fez hoje com o que ocorre no Congresso, vemos uma diferença abissal. Há uma relação harmoniosa entre os poderes, com respeito à independência de cada um. Houve uma negociação madura, republicana, com o objetivo de se fazer não o que era melhor para o governo ou para o Parlamento, mas para Santa Catarina”, afirmou o *presidente*, após a aprovação do PLC 8/2019.

Julio Garcia destacou que os *40 deputados* participaram ativamente das discussões sobre a reforma. Disse, ainda, que a *Assembleia* se organizou para poder entregar a reforma administrativa ao governo dentro do prazo previsto. “As mudanças feitas foram fruto de entendimento com o governo. Nada foi imposto. Certamente, o projeto vai ser sancionado sem vetos.”

Na tribuna

“Este Parlamento não interferiu no principal objetivo do governo, que era fazer a reforma, e, ao mesmo tempo, trouxe as reivindicações do funcionalismo”, disse a

deputada Luciane Carminatti (PT). “Posso dizer, agora, aliviada: o cheque que estamos dando ao governo não está mais em branco.”

O **deputado Milton Hobus (PSD)**, relator da reforma na Comissão de Finanças, disse que o comportamento da **Assembleia** na análise do projeto respeitou o governo e servidores. “Nós não queríamos que os servidores fossem prejudicados. Disso nós não abrimos mão. Não queremos ser olhados como oposição ou situação, queremos ser respeitados pelo que fazemos e produzimos. Esperamos que o governo faça a sua parte.”

Em meio a muitos agradecimentos, **Luiz Fernando Vampiro (MDB)**, relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), destacou que o trabalho em conjunto com as comissões na análise da reforma foi essencial para a aprovação da proposta dentro do prazo estipulado. “Saio com a sensação de dever cumprido”, disse.

O **líder do governo na Assembleia, deputado Mauricio Eskudlark (PR)**, também parabenizou a **Assembleia** pela forma como a análise da reforma foi conduzida. “As comissões estudaram, debateram, acataram emendas. Aquelas que não puderam ser acatadas, muitas são meritórias, mas têm que ser discutidas em projetos específicos”, justificou.

A **deputada Paulinha (PDT)**, presidente da Comissão de Trabalho, afirmou que a **Assembleia** conseguiu trabalhar com a reforma independente de questões partidárias e de oposição ou situação. “Houve sensibilidade do governo em acatar emendas. Construímos para que o governo faça a gestão da forma como escolheu, preservando os direitos dos servidores e as políticas públicas.”

Dr. Vicente Caropreso (PSDB) afirmou que a reforma é aprovada com diálogo e respeito entre as instituições, “exemplo a ser copiado em outros níveis”. **Valdir Cobalchini (MDB)** destacou que o debate sobre a reforma foi feito de forma transparente, respeitando os servidores e a economia proposta pelo Executivo.

Laércio Schuster (PSB) classificou o trabalho desenvolvido pela **Assembleia** como republicano. “Demonstramos ao povo catarinense que temos o compromisso com um Estado melhor, que sirva ao povo catarinense.”

O presidente da CCJ, **Romildo Titon (MDB)**, participou da votação de sua sexta reforma administrativa. “Essa reforma foi diferente. Houve uma participação efetiva de todos os **deputados** que eu nunca vi. Ninguém queria dar um cheque em branco para o governo, mas também não queria atrapalhar o governo na sua forma de administrar.”

Coronel Mocellin (PSL) disse que Santa Catarina viveu um dia histórico. Para ele, um governador que se elegeu sem muitos partidos conseguiu fazer os ajustes para melhorar a máquina administrativa. “Esse foi o primeiro passo para tornar Santa Catarina o estado mais promissor, mais competitivo, que gere emprego e renda.”

Ricardo Alba, líder do PSL, afirmou que a reforma trará a agilidade, transparência e modernidade necessárias para a administração estadual, conforme compromisso do governador durante a campanha eleitoral. “Isso demonstra a maturidade da democracia catarinense”, disse. “O Parlamento catarinense sai muito maior com a aprovação dessa reforma.”

José Milton Scheffer (PP) destacou que Santa Catarina era a grande vencedora com a aprovação da reforma. Ele também elogiou a extinção das agências de desenvolvimento regional (ADRs) e da adesão de uma emenda de sua autoria, que garante recursos para a pesquisa agropecuária.

O **deputado João Amin (PP)** também ressaltou a extinção das ADRs, mas criticou o comportamento de integrantes do governo que teriam criticado a atuação dos **deputados** nas redes sociais. “Em um post, disseram que os **deputados** acabaram com a reforma. Isso foi muita inabilidade e uma sacanagem com os relatores.”

Felipe Estevão (PSL) classificou a votação da reforma como um dia especial para Santa Catarina. “Desligamos o modo campanha e ligamos o modo mandato para gerar resultados para Santa Catarina.”

Fernando Krelling (MDB) elogiou a inclusão do Esporte e da Cultura sob responsabilidade do Gabinete do Governador. “Colocamos nas mãos do governador a chave do Estado. A partir de agora, o Estado vai estar da forma como ele quer, e haverá cobranças.”

R\$ 2,00
Quinta-feira
23 de maio de 2019
Edição 6767 | Ano 64
Brusque - SC

O Município

omunicipio.com.br

65
anos

Reforma aprovada

Por unanimidade, os deputados estaduais catarinenses aprovaram, na tarde de ontem, a proposta de reforma administrativa do poder Executivo. A matéria segue para a sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL). A sessão que discutiu e votou a reforma durou mais de duas horas. Ao todo 17 deputados ocuparam a tribuna para se manifestar sobre o projeto, que tramitou na Assembleia em regime de urgência. Nos discursos, os parlamentares destacaram a participação do Legislativo na alteração do texto encaminhado pelo Executivo e enaltecem a disposição do governo em dialogar com o Parlamento.

“Dia histórico”

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PSD), a votação da reforma foi um dia histórico. Para ele, o comportamento do governo e dos deputados nas discussões sobre o projeto serve de exemplo para o restante do país. “Quando comparamos o que Santa Catarina fez hoje com o que ocorre no Congresso, vemos uma diferença abissal. Há uma relação harmoniosa entre os poderes, com respeito à independência de cada um. Houve uma negociação madura, republicana, com o objetivo de se fazer não o que era melhor para o governo ou para o Parlamento, mas para Santa Catarina”, afirmou o presidente.



Raul Sartori

raulsartori@omunicipio.com.br

www.raulsartori.com.br

Vitória do diálogo

O projeto da reforma administrativa do governador Carlos Moisés está passando sem maior dificuldades pelo Legislativo, principalmente porque se estabeleceu um saudável diálogo. Assim será possível deixar de gastar, por baixo, pelo menos R\$ 500 milhões por ano, sem precisar demitir ninguém. Não custa comparar: as famigeradas agências de desenvolvimento regional custavam mais de R\$ 600 milhões por ano e não serviam para quase nada.

Quadrilha do PP

Porque o ministro Ricardo Lewandowski tinha um compromisso particular e precisava sair, uma turma do Supremo Tribunal Federal não pôde seguir o julgamento, anteontem, contra quatro políticos do PP, aqui neste espaço qualificados como corja, com quem o senador catarinense Esperidião Amin tem que conviver partidariamente. O senador Ciro Nogueira e os deputados federais Aguinaldo Ribeiro, Arthur Lira e Eduardo da Fonte foram acusados pelo Ministério Público Federal (MPF) pelo crime de organização criminosa, no âmbito das investigações da operação Lava Jato.

Vem Pra Rua

O Movimento Vem Pra Rua prepara uma manifestação pró-governo, domingo, às 16h, no Largo da Catedral, em Florianópolis. A pauta defende a aprovação do pacote anticrime, as reformas econômicas, a MP 870 (reforma administrativa) e a CPI da Lava Toga. Seus coordenadores admitem que se houver espaço, baterá no “Centrão”, o tenebroso grupo de chantagistas, com exceções, lógico, que dita as decisões do Congresso Nacional e, se deixarem, de todo o

governo, para o bem e para o mal. Dependendo dos interesses, nunca republicanos.

Apelação rejeitada

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou sentença de mérito em favor da OAB-SC em apelação do desembargador aposentado Francisco Xavier Medeiros Vieira, que pleiteava multa de cerca de R\$ 2,4 milhões contra a entidade. O caso tem quase 20 anos e iniciou quando Xavier, ex-presidente do TJ-SC e recém-aposentado, após requerer sua inscrição nos quadros da Ordem, foi suspensa em seguida por incidente de inidoneidade, face à suspeita de irregularidades, refutadas depois, na sua gestão frente ao TJ-SC.

Vidas salvas

O deputado estadual Kennedy Nunes (PSD) sugeriu que a Assembleia Legislativa crie uma legislação para possibilitar que obras públicas como pontes, viadutos e passarelas tenham mecanismos para dificultar o uso desses locais para suicídios. A sugestão surgiu em um seminário realiza-

do em Brasília do qual participou. Observa que das oito passarelas sobre a BR-101 entre Florianópolis e Joinville, apenas duas estão preparadas para evitar suicídios.

Atividade irregular

O TJ-SC negou, em decisão proferida dia 15 pelo desembargador Pedro Manoel Abreu, a concessão de alvará para o funcionamento de consultório médico solicitado por um profissional optometrista de Rio Negrinho. Na avaliação da Associação Catarinense de Oftalmologia, que representa os médicos oftalmologistas, a decisão do magistrado, além de garantir os preceitos legais, impede uma atividade irregular na área da saúde pública. Desde o ano passado a entidade vem fazendo um trabalho de conscientização no estado alertando sobre os riscos de consultar profissionais não médicos.

Estradas

Discute-se muito no momento a situação das estradas estaduais, sem conservação. O deputado estadual Volnei Weber (MDB) afirma que quando foi prefeito de São Ludgero, pôs asfalto em várias estradas municipais. E convidou os colegas para ir lá e ver o que é o milagre realizado: a própria prefeitura inventou um modelo novo e fez o asfalto por um custo módico de apenas R\$ 300 mil por quilômetro.

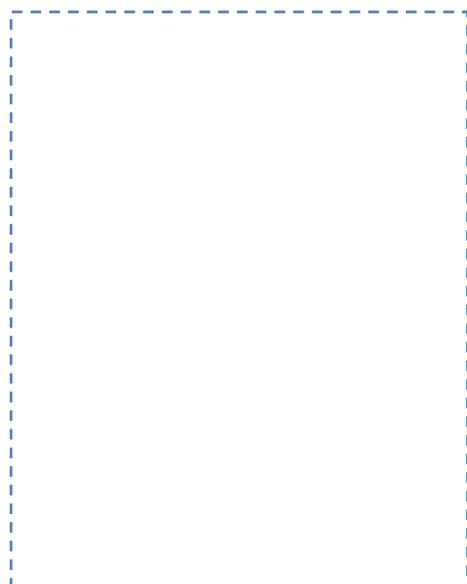
Maio Amarelo

O movimento internacional Maio Amarelo, que tem como objetivo conscientizar a população para redução de acidentes de trânsito,

tem dados espantosos de SC: em 2017 ocorreram 1.554 mortes no Estado provocadas por acidentes. Destas, 44% eram adultos jovens entre 20 e 39 anos e 34% ocupavam automóveis. Outras 32,4% usavam motocicletas, 14,8% eram pedestres e outros 5,2% ciclistas. No ranking estadual com o maior número de mortes por acidentes de trânsito está Blumenau.

Lá em cima

Foi parar no Tribunal Superior do Trabalho ação em que um empregado da Eletrosul, em Florianópolis, apesar de remuneração de R\$ 15 mil, alegou não ter condições financeiras para arcar com as despesas de reclamação trabalhista. Ao lhe dar ganho de causa, o TST entendeu que para deferimento do benefício é suficiente que o empregado declare que não tem condições de bancar as despesas do processo, o que foi feito por ele. Valeu a presunção de veracidade. Hum...



DIÁRIO

DO ALTO VALE

www.diariaoav.com.br

D VALE
3 DE MAIO DE 2019

3

Cláudio Prisco Paraíso



Conquistas do Direito de SC

O presidente da OAB-SC, Rafael Horn, está celebrando sucessivas e expressivas vitórias da advocacia catarinense nos últimos dias. Além da eleição da advogada catarinense Sandra Krieger ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que teve a importante participação de Rafael Horn, o presidente da Seccional catarinense comemora a solução para os sucessivos imbrólios judiciais envolvendo a indicação da Seccional para o Quinto Constitucional do TJSC, que perduraram mais de dois anos. A OAB-SC confirmou a anulação da nomeação de Alex Santore como desembargador e formou uma nova lista séxtupla em sessão eleitoral do Conselho Pleno, já entregue por Horn ao Presidente do Tribunal de Justiça catarinense, Rodrigo Collaço. Na mesma data, o desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, atual presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), acompanhado do presidente eleito, o catarinense Victor Laus, liderou expressiva comitiva da Justiça Federal que visitou Horn para convidá-lo para a solenidade de posse da nova diretoria, em Porto Alegre (RS), no próximo dia 27 de junho.

Destaque

Na solenidade, o presidente da OAB-SC fará a saudação em nome da advocacia nacional, representando o presidente do Conselho Federal, Felipe Santa Cruz. Laus ascende ao comando de um dos mais importantes tribunais do país. Ele e Thompson Flores votaram pelo aumento da pena de Lula da Silva. A sentença colegiada no TRF-4 foi decisiva para levar o ex-mito ao xilindró em Curitiba. O momento é dos mais favoráveis aos catarinenses no âmbito do Judiciário e da advocacia.

Mulheres no Conselho

Outro feito histórico que está sendo comemorado por lideranças do Direito catarinense. Pela primeira vez, o Conselho Federal da OAB elegeu representantes da advocacia para vagas no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Também é a primeira vez que duas mulheres foram eleitas para integrarem o CNMP: Sandra Krieger, advogada blumenauense e que já foi da diretoria da OAB-SC, e Fernanda Marinela, de Alagoas.

Time

A catarinense está numa curva ascendente desde que foi “descoberta” pelo ex-presidente da Ordem no estado, Tullo Cavallazzi Filho. Ela integrou a diretoria quando Tullo foi presidente, mas os dois começaram a militar juntos nas fileiras da entidade lá em 2003. Sandra Krieger também contou com o apoio integral do atual presidente da OAB-SC, Rafael Horn. Sem dúvida, uma conquista importante para a advocacia catarinense.

Números positivos

Prefeito de Rio do Sul, José Thomé (PSDB), tem motivos para comemorar. As contas do município, relativas ao exercício de 2018, foram as primeiras analisadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) este ano. A corte de contas destacou alguns números da gestão municipal. O gasto com folha de pessoal foi de apenas 38%, quando é comum poderes executivos se aproximarem ou até estourarem o limite de 60% da receita para pagamento do funcionalismo.

Saúde e Educação

Thomé também determinou a aplicação de 23% (8% a mais do que determinado na Constituição) do orçamento em Saúde e 35% na Educação (10% a mais do que o estabelecido constitucionalmente). Outro dado importante: em 2018, a prefeitura teve superávit (diferença entre a receita arrecadada e a despesa realizada) de 7,10%, de acordo com a análise do TCE.

Jornal SulBrasil

CHAPECÓ, Quinta-feira, 23 de Maio de 2019

ANO 25 Edição 7.399

Edição finalizada às 20h47

R\$ 2,00

www.jornalsulbrasil.com.br

2 OPINIÃO



A OPINIÃO DE
QUIRINO RIBEIRO
quirino@scc.com.br



“Segurança Pública se faz com pessoas que conseguem aliar boas ideias, planejamento e ação”. (Ivenio Hermes)

A SEGURANÇA PÚBLICA

É questão central na maioria dos programas de governo, em todas as esferas federativas. É assunto que exige toda nossa atenção, enquanto cidadãos, e demanda informação, planejamento, execução e avaliação.

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A criação do Susp é um marco divisório na história do país, dá arquitetura uniforme ao setor em âmbito nacional e prevê, além do compartilhamento de dados, operações e colaborações nas estruturas federal, estadual e municipal.



**ÓRGÃO
CENTRAL
DO MINISTÉRIO
DA
SEGURANÇA
PÚBLICA**

É integrado pelas polícias Federal, Rodoviária Federal; civis, militares, Força Nacional de Segurança Pública e corpos de bombeiros militares. Além desses, também farão parte do Susp: agentes penitenciários, guardas municipais e demais integrantes estratégicos e operacionais do segmento da Segurança Pública.

**COMO JÁ
ACONTECE
NA ÁREA
DE SAÚDE**

Os órgãos de segurança do Susp já realizam operações combinadas. Elas podem ser ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas e contar com a participação de outros órgãos, não necessariamente vinculados diretamente aos órgãos de segurança pública e defesa social – especialmente quando se tratar de enfrentamento a organizações criminosas.

**A LEI
DO SUSP**

Criou também a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) para fortalecer “as ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis”. A Política estabelecida pela União e está prevista para valer por

dez anos. Cabe aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecerem suas respectivas políticas a partir das diretrizes do Plano Nacional.

IMPORTANTE PASSO

A Constituição Federal atribui a responsabilidade sobre a Segurança pública à União, no âmbito de financiamento e do exercício das polícias Federal e Rodoviária Federal; e do Estado, quanto às polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros.

O AGRONEGÓCIO

Responde por 63,7% das exportações catarinenses em 2019. Os embarques de carnes, produtos de origem vegetal e florestal renderam ao estado um faturamento de US\$ 1,75 bilhão de janeiro a abril deste ano. O crescimento nas exportações do agronegócio catarinenses está muito acima da média nacional. Enquanto o estado ampliou em 7,7% o faturamento com as vendas internacionais, o Brasil apresentou uma alta de apenas 0,2%. No mesmo período, as receitas totais das exportações de Santa Catarina cresceram 3,1%.

O GRANDE DIFERENCIAL

Do setor agropecuário catarinense está no cuidado com a defesa e saúde animal. O estado se tornou referência internacional em sanidade agropecuária, sendo reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)

como área livre de febre aftosa sem vacinação e área livre de peste suína clássica. São esses os atributos que dão acesso aos mercados mais competitivos do mundo.



RONDA POLITICA

BRUNO PACE DORI
rondapolitica@diariodoiguazu.com.br

REFORMA APROVADA

A reforma administrativa do Governo do Estado foi aprovada ontem (22) por unanimidade. Após a votação, o secretário de Estado da Casa Civil, Douglas Borba, disse que a reforma administrativa passou por três etapas importantes, começando pela sua formulação durante o período de transição, passando pela fase de teste nos primeiros meses de Governo e, por fim, pelo aperfeiçoamento com ajuda do Parlamento. O secretário acompanhou a votação ao lado do governador Carlos Moisés (PSL), sendo essa a primeira grande vitória de seu governo.

CARLOS MOISÉS VÍDEO REPRODUÇÃO



R\$ 500 MILHÕES

Governador Carlos Moisés (PSL) e sua equipe garantem que reforma administrativa vai gerar uma economia de R\$ 500 milhões ao final dos quatro anos de seu mandato. Foram extintas as 21 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) remanescentes; as Secretarias de Turismo, Cultura e Esporte e a de Planejamento; o Deinfra e Deter, que passam a integrar a Pasta da Infraestrutura; e 2.054 cargos comissionados e funções gratificadas. Moisés recebeu a benção popular para consertar as contas públicas do Estado e já tomou medidas duras nesse sentido.

ARCANJO-4

A notícia de que a aeronave Arcanjo-4 do Corpo de Bombeiros pode deixar a região Oeste e retornar para a Capital do Estado pegou todo mundo de surpresa. A Secretaria de Estado da Saúde admite que um estudo está sendo feito e que existe a possibilidade de que a base de Florianópolis receba o avião lotado em Chapecó. Lembrando que a Base Oeste foi inaugurada a menos de um ano. Esse é o momento da classe política e empresarial de Chapecó e do Oeste se unirem e buscarem barrar isso. Não podemos admitir tamanho descaso com a região.

LÍNGUA SOLTA



“Acredito na harmonia, na sensibilidade e no patriotismo dos integrantes dos três Poderes da República para o momento que atravessa nossa Nação. Juntos, ao lado da população brasileira e de Deus, alcançaremos nossos objetivos!”

JAIR BÓLSONARO (PSL),
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



“Estarei amanhã [hoje] em Blumenau, a convite dos universitários do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau para falar das reformas que o Brasil precisa para se transformar em um país com mais oportunidades e menos privilégios!”

JÓÃO AMOÊDO (NOVO),
CANDIDATO A PRESIDENTE EM 2018

VELHA DISCUSSÃO

A proposta de redução do número de vereadores em Chapecó – de 21 para 17 – traz de volta a discussão a respeito da diminuição da representatividade e também de gastos do Legislativo. Parlamentares contrários à proposta argumentam que a redução de cadeiras praticamente não reduzirá os custos, mas somente a representatividade. Alguns, inclusive, enxergam uma articulação das entidades representativas no município por trás da iniciativa. Entendem eles que, a exemplo do que ocorreu em 2015, a Câmara está sendo afrontada pelo empresariado.

TRATAMENTO DIFERENTE

Alguns vereadores destacam, também, que as entidades produtivas de Chapecó não observam a prefeitura do mesmo modo que olham a Câmara. Eles dizem que o Executivo gasta, por ano, cerca de R\$ 15 milhões somente com cargos comissionados, quantia essa bem superior ao que o Legislativo consome para manter toda a sua estrutura anualmente. Para evitar a diminuição de vagas no Parlamento, alguns sinalizam a possibilidade de iniciar a discussão para a redução de salários e de assessores, entre outras medidas, que contribuam com a redução de gastos.

GRANDE ECONOMIA

Mas a questão é que, como Chapecó tem entre 100 mil e 300 mil habitantes, o Legislativo tem direito a receber 6% das receitas tributárias do município. Em 2018, por exemplo, a Câmara teria direito a receber R\$ 23,7 milhões, sendo que gastou R\$ 11,4 milhões, ou seja, menos da metade (2,9%) a que tinha direito. E é sempre bom ressaltar que em Chapecó há um acordo para que a prefeitura só repasse o gasto mensal da Câmara. Isso significa que os R\$ 12,3 milhões que sobraram de 2018 nem foram passados ao Legislativo, ficando com o Executivo.

ESCOLHAS

Uma vez que a Câmara de Chapecó já é uma das mais econômicas do Estado, existe realmente a necessidade de reduzir o número de vereadores? Defensores da medida afirmam que será economizado mais R\$ 1 milhão por ano com a redução das quatro cadeiras. Sobre questão de representatividade, eles argumentam que 17 vereadores no município são suficientes. Com todo respeito, mas alguns vereadores não têm condição de ocupar um cargo tão importante à população. Na verdade, ajudaria se o eleitor escolhesse melhor seus representantes.



PITACOS

■ *Governador Carlos Moisés disse ontem que "a Assembleia tomou uma decisão sábia" e "votou a favor do Estado".*

■ *Fala de Moisés ocorreu junto com o secretário da Casa Civil, Douglas Borba, e o secretário de Administração, Jorge Tasca.*

■ *Agora começa a organização das Secretarias de Estado, que será realizada através de decreto pelo governador.*



CURTI

Os deputados catarinenses entenderam a necessidade de aprovar a reforma administrativa do Governo do Estado e aprovaram o texto por unanimidade. Pontos também para o governador e sua equipe, que souberam articular muito bem com a Alesc.



NÃO CURTI

Wilson Witzel, ex-juiz federal e governador do Rio de Janeiro, colocou em seu currículo Lattes uma passagem por Harvard, uma das universidades mais prestigiadas do mundo, como parte de seu doutorado em "judicialização da política". O problema é que isso nunca ocorreu. Ele diz que o projeto de estudar em Harvard foi planejado antes da eleição e, portanto, teve que ser interrompido.

GOVERNO DO ESTADO

Reforma administrativa é aprovada por unanimidade

Projeto de Lei Complementar segue agora para sanção do governador Carlos Moisés



AGÊNCIA AL

Projeto de Lei Complementar foi analisado e aprovado pelos deputados

FLORIANÓPOLIS

Por unanimidade, os deputados estaduais catarinenses aprovaram, na tarde de ontem (22), a proposta de reforma administrativa do Governo do Estado, previsto no Projeto de Lei Complementar (PLC) 8/2019. A matéria também teve a Redação Final aprovada e, com isso, segue para a sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL).

A sessão que discutiu e votou a reforma durou mais de duas horas. Ao todo 17 deputados ocuparam a tribuna para se manifestar sobre o projeto, que tramitou na Assembleia Legislativa em regime de urgência. Nos discursos, os parlamentares reconheceram que o Governo tem a prerrogativa de formatar o modelo de gestão que quer imprimir ao Estado.

Destacaram também a participação do Legislativo na melhoria do texto encaminhado pelo Executivo e enaltecaram a disposição do governo em dialogar com o Parlamento na elaboração

da emenda substitutiva global que manteve a estrutura proposta pelo PLC 8/2019, com a incorporação de parte das emendas apresentadas pelos deputados.

PRINCIPAIS PONTOS

O principal ponto da reforma foi a extinção de diversos órgãos, como as últimas 21 Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) e duas Secretarias de Estado – a de Turismo, Cultura e Esporte e a de Planejamento. O Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e Departamento de Transportes e Terminais (Deter) também foram extintos.

Ainda, 2.054 cargos comissionados e funções gratificadas foram definitivamente extintos. Na apresentação do projeto, o secretário de Estado da Casa Civil, Douglas Borba, afirmou que a economia com a reforma administrativa de alcançar R\$ 120 milhões ao ano, totalizando cerca de R\$ 500 milhões ao final dos quatro anos de mandato de Moisés.

AVALIAÇÃO

Borba disse que a reforma administrativa passou por três etapas importantes. “Começando pela sua formulação durante o período de transição, passando pela fase de teste nos primeiros meses de Governo e, por fim, pelo aperfeiçoamento com ajuda do Parlamento”, comentou ele, que acompanhou a votação ao lado do governador Carlos Moisés. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PSD), destacou que os 40 deputados participaram ativamente das discussões sobre a reforma. Disse, ainda, que a Alesc se organizou para poder entregar a reforma administrativa ao Governo do Estado dentro do prazo previsto. “Certamente, o projeto vai ser sancionado sem vetos”.



Frente parlamentar busca financiamento para assistência social



Frente parlamentar busca financiamento para políticas de assistência social

Quem faz parte do grupo?

■ Além de Luciane Carminatti, a frente tem mais nove deputados. O grupo inicial conta também com os deputados Fabiano da Luz (PT), Fernando Krelling (MDB), Ismael dos Santos (PSD), Jair Miotto (PSC), Jessé Lopes (PSL), Marlene Fengler (PSD), Neodi Saretta (PT), Paulinha (PDT) e Vicente Caropreso (PSDB).

A Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas de Assistência Social foi lançada na manhã de ontem (22) na Assembleia Legislativa do Estado (Alesc). O grupo terá como missão principal encontrar soluções viáveis para elevar o percentual de orçamento destinado ao setor.

De acordo com Solange Bueno, que coordena o Fórum Estadual dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o esforço para a criação da frente teve nesse desafio o principal objetivo.

É necessário, na avaliação dela, que os parlamentares assumam um compromisso com o setor principalmente na questão de orçamento e financiamento para que se mantenham os serviços e equipamentos existentes e os trabalhadores que já atuam.

Coordenadora da Frente, a deputada Luciane Carminatti (PT) comentou que a dificuldade de todas as questões em relação às políticas públicas é o custeio de despesas e até com o assessoramento de profissional capacitado para cada área. “Em 2019, por exemplo, o orçamento [do Estado] prevê apenas 0,36% da receita corrente lí-

quida. Ou seja, nem sequer 1% do orçamento a gente tem para essa área que é tão importante”, lamentou.

SETOR

Para a deputada, o setor atende idosos, pessoas com deficiência, famílias pobres, além de temas como violência doméstica e uso de drogas. “A política da assistência social ainda precisa se consolidar no Brasil. A exemplo do SUS, nós temos o SUAS. No entanto, os gestores públicos e a sociedade não compreendem como se dá a estruturação dessa política. Ain-

da tem aquela imagem muito forte do assistencialismo”, explicou.

NECESSIDADE

Atualmente, o que se tem é uma política que está se estruturando sobre marcos legais, mas que precisa de financiamento. Um exemplo é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende os idosos em situação de miserabilidade e as pessoas com deficiência. Outro aspecto é a necessidade de manter equipes profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAs).

Panorama Político

editoria@gazetasbs.com.br

Incertezas

Ontem a coluna abordou sobre alguns partidos políticos de São Bento do Sul que começam a pensar nas eleições do próximo ano. PP, PSDB, MDB e Novo. Hoje é a vez de outras siglas que ainda vivem momentos conturbados e até a próxima eleição municipal, muita coisa ainda pode acontecer. Um dos casos é o do PSB, hoje com dois vereadores na cidade, mas que devido às questões nacionais e até mesmo estaduais, hoje não tem rumo. Aliás, quanto à falta de rumo existem críticas locais também, direcionadas ao presidente Ivanor Varella.

No caso local, o PSB enfrenta esta crise existencial por conta de alas distintas e mais especificamente por conta do alinhamento à esquerda. Afinal de contas, a região historicamente nunca votou em peso no PT, e hoje o PSB e PT são aliados, conforme declarado pelo diretório nacional. E foi isso que ocasionou o desmonte a nível estadual e em São Bento do Sul, tem mais gente querendo

ficar fora do que dentro do PSB.

Outro problema nisso tudo é que até pouco tempo atrás existiam lideranças do PSB, como o prefeito de Rio Negrinho, Julio Ronconi, trabalhando para que grupo de empresários se filiasse ao PSB são-bentense para dar oxigenação no partido. Porém, grupo de empresários e partido de esquerda é algo que não se enquadra na região, especialmente porque muitos do grupo votaram em peso no PSL, partido de extrema-direita, ou seja, o oposto.

O PSB são-bentense também enfrenta desgastes desde o início da gestão, por conta do conhecido "Caso ASP". Ainda teve o racha na campanha eleitoral do ano passado, mesmo com o partido tendo como candidata a deputada federal a advogada Carla Hofmann, uma ala apoiou candidato de outro partido e não ela. Tudo isso contribuiu para enfraquecer ainda mais o partido que dificilmente terá condições de repetir o sucesso da eleição passada.



SITUAÇÃO OU OPOSIÇÃO?

Inicialmente o PSB era um dos partidos da coligação que elegeu o prefeito Magno Bollmann (PP). Porém, a relação nunca foi tão amistosa assim, tanto que pouco tempo depois o vereador que era líder de governo, César Godoy (PSB), abdicou da função. Nesta semana o vereador Daguiomar Nogueira (PSB) teve críticas pesadas à Saúde. Ontem, via internet, Godoy também não economizou no tom irônico e nas críticas à administração por não ter sido lembrado na questão da penitenciária. Isso sem contar outras trocas de farpas que muitas vezes não chegam ao público, mas que nos bastidores são tão intensas que existem pessoas da Prefeitura que não podem sentar na mesma mesa de alguns do PSB.

E O PSL?

Apesar do sucesso eleitoral do ano passado, o PSL são-bentense por enquanto segue sem muito alarde na cidade. Mas, quanto à polêmica, o partido viveu a sua primeira há poucos dias, quando se anunciou o convite oficial de filiação para um empresário, inclusive com a possibilidade dele assumir o comando da sigla. Mas o convite foi recusado por conta de críticas internas de outros filiados ao PSL. O partido teve a oportunidade de ganhar projeção, mas acabou recuando e dificilmente terá outra chance dessas, pois muitos empresários e outras lideranças que

até tinham vontade de se filiar, com o episódio, desistiram do PSL.

FORÇA?

Ainda falando no PSL, amanhã será um dia importante para a sigla do ponto de vista da popularidade. Com algumas trapalhadas no governo federal, o presidente Jair Bolsonaro pediu para a população ir às ruas. Se as manifestações forem intensas no Brasil, o PSL segue com força. Porém, em caso de fracasso, isso pode representar que o encantamento está acabando. Aliás, cedo demais, pois o período de lua de mel costuma demorar o primeiro ano, e não chegamos ao fim nem do primeiro semestre. É aguardar para medir a febre, pois isso também pode influenciar nos partidos nas cidades.

E O PT?

No cenário político são-bentense, o Partido dos Trabalhadores praticamente sumiu do mapa. Existem, claro, seus filiados, e um trabalho mais pontual feito pelos ex-vereadores Luiz Carlos Pedroso e Tadeu do Nascimento, mas eles também carregam um desgaste muito grande pelo tempo de vivência na política. E com o enfraquecimento do partido de modo geral não houve oxigenação, nem há forças para buscar novas lideranças. Para a eleição do próximo ano, no máximo será possível montar uma chapa para "cumprir tabela" na disputa pela Câmara de Vereadores.

10 Rio Negrinho



Deputado Silvio Dreveck foi um dos procurados pelos vereadores de Rio Negrinho

EM FLORIANÓPOLIS

Tentando encontro com o governador

Objetivo é entregar documento com pedidos da região

Rio Negrinho

Cumprindo agenda em Florianópolis, os vereadores Willian Righetto (PSD), o Billy, e Ildefonso Pilati (PSD), estiveram terça-feira reunidos com o secretário Adjunto de Estado da Casa Civil, Matheus Hoffmann e com o coordenador da Central de Atendimento aos Municípios, Gabriel Arthur Loeff. Na pauta, pedido para agendar uma reunião com o governador Carlos Moisés da Silva para a entrega formal, por parte dos legislativos de Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre, do documento compilado a partir do encontro de vereadores realizado em março, onde foram elencadas as demandas de cada município.

De acordo com Hoffmann, o agendamento passa inicialmente pela Central de Atendimento aos Municípios para que, na sequência, possa ser marcada efetivamente a audiência com o governador. O adjunto adiantou que, num primeiro momento, o governador deverá atender as associações de municípios para que, provavelmente no segundo semestre, possam ser ouvidas as demandas da região. Durante o encontro, o presidente da Câmara de Vereadores, Willian Righetto, apresentou uma có-

pia do documento formulado em parceria entre os legislativos das três cidades.

Ainda durante o encontro os vereadores aproveitaram para pedir recursos para as escolas Professora Marta Tavares e Jorge Zipperer, ambas da rede estadual de ensino. Assim como na Casa Civil, os pedidos de melhorias para as duas unidades de ensino rio-negrinhenses foram apresentados aos deputados estaduais. No caso da deputada Ana Caroline Campagnolo (PSL), ela entrou em contato com o secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, em busca de informações sobre o processo de manutenção nas duas escolas. Os vereadores ainda estiveram nos gabinetes dos deputados Kennedy Nunes (PSD), Silvío Dreveck (PP), Laércio Schuster (PSB), Ana Paula da Silva (PDT) e Milton Hobus (PSD).

CAPACITAÇÃO PARA OS MIRINS

Ainda durante a passagem pela capital, os vereadores, juntamente com o coordenador da Câmara Mirim, Ney Maia, estiveram na Escola do Legislativo. "A intenção, a exemplo do ocorrido no ano passado, foi novamente buscar o apoio da instituição para a capacitação nos novos vereadores mirins", explicou Maia. E o treinamento ficou marcado para 10 de julho.



23 de maio de 2019

REVISTA
exxtra

WWW.EXXTRA.COM.BR



Bastidores da política em SC

Sem a reforma tributária o país patina ano a ano

Por coincidência, o artigo anterior, de ontem (<https://bit.ly/2WgnciD>), tem a ver com o que ocorreu na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (22). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou quanto à admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que estabelece uma reforma tributária.

De autoria do deputado **Baleia Rossi** (MDB-SP), a proposta acaba com três tributos federais - IPI, PIS e Cofins. Extingue também o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o

consumo. No lugar, é criado o IBS - Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, de competência de municípios, estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal. O tempo de transição previsto é de dez anos.

Mas o passo dando na Câmara não significa que a proposta seja aprovada e vá para a sanção ou não do presidente. A reforma tributária seguirá para análise de uma comissão especial e, se aprovada, vai a Plenário.

Portanto, voltando ao raciocínio do que escrevi ontem, penso que para ser justo, o governo **Luiz Inácio Lula da Silva** levantou umas boas duas vezes esta lebre da reforma tributária. Os estados melaram o esforço, porque Zona Franca não quer perder incentivo, Rio de Janeiro não quer perder royalties, São Paulo não quer perder a receita desproporcional com ICMS, e por aí vai. E existe aquela confusão (propositada?) que reforma significará desoneração. Para desonerar, precisa gastar menos; nenhuma reforma resolve isto por si só, e gastar menos independe de quaisquer reformas. Mas, para gastar menos, o dinheiro vai deixar de fluir para algum lugar; o calo de alguém vai ser pisado.

Costuma-se dizer que as reformas não saem porque falta visão de longo prazo ao governo. Não sei se visão de longo prazo é uma qualidade tão necessária ou escassa. Acho que falta é visão de curto prazo mesmo; resolver os problemas de agora que são muitos, graves e estão debaixo do nariz. Senso de óbvio. Tudo que o governo precisa fazer para ser perfeito aos olhos de todos é chegar ao lance um dia antes dos jornais, não um dia depois como de costume.

*A imprensa, pela capacidade de direcionar a opinião pública, tem mais responsabilidade e mais culpa neste caso das "reformas", porque estabelece um alvo impossível. O **Zé dos Anzóis** tem direito de exigir o impossível; gente mais esclarecida e meios de comunicação não têm.*

Precisamos promover uma cultura mais evolucionista; uma cultura do remendo, por mais feio ou ineficiente que isto possa parecer.

Com o tempo, os remendos vão se acumulando de tal forma que quase nada do "tecido" original restará, mas é assim mesmo. Mas sempre é possível analisar o histórico e explicar por que este ou aquele item foi "remendado".

Abandonando a metáfora antes de abusá-la demais, é realmente para isto que serve um Parlamento - discutir modificações incrementais na lei. E o "ditador benevolente" é o Presidente ou Governador, que sanciona as leis.

CPI da Hercílio Luz: ex-diretor do DER desconhece assinatura em contratos

O ex-diretor-geral do antigo DER (Departamento de Estradas de Rodagem) **Edgar Antônio Roman** no período de 1991 a 1994 e de 1999 a 2002, não reconheceu a assinatura em documentos celebrados em julho de 1991 e maio de 1994, referentes a termos aditivos de contratos assinados entre o governo do Estado e a empresa Vivenda Construções e Incorporações para obras de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz. Roman, apesar de ter assinado cinco termos aditivos com a Vivenda no período que ocupou o cargo, disse desconhecer qualquer obra que a empresa tenha realizado na ponte. "Nunca trabalhei com eles."

Ele foi ouvido, na pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina para investigar possíveis irregularidades nas obras da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis. No dia 16 de maio, o empresário **Sebastião Moraes Mattos**, proprietário da Vivenda Construções, de Criciúma, foi a ouvida pela comissão e disse desconhecer a mesma assinatura nos termos de aditivo. A empresa dele celebrou contrato com o DER para realizar serviços na ponte e, conforme o relator da CPI, deputado **Bruno Souza** (PSB), atuou entre setembro de 1990 e janeiro de 1992.

Durante todo depoimento à CPI, Roman alegou não se lembrar dos fatos, afirmando não ser mais jovem, e ter seguido orientação do conselho do DER para assinar os documentos que viriam prontos e já assinados da Procuradoria Jurídica do governo do Estado. Ele avaliou que durante o período como diretor-geral foram feitos muitos estudos e anteprojetos, inclusive com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), mas que não tinham nenhuma viabilidade técnica para serem realizados.

Sobre a decisão, em março de 1993, de dispensa de licitação, em um valor maior (US\$ 739.105,14), em favor da empresa Steinman, mesmo quando já se encontrava vencedora de licitação anterior, Roman voltou a afirmar que não se lembrava das mudanças das empresas.



Placar da votação do projeto da reforma administrativa, na quarta-feira (22)

Por unanimidade, os deputados estaduais catarinenses aprovaram, na quarta-feira (22), a proposta de Reforma Administrativa do Poder Executivo, prevista no Projeto de Lei Complementar (PLC) 8/2019. A matéria também teve a Redação Final aprovada e, com isso, segue para a sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL).

A sessão que discutiu e votou a reforma durou mais de duas horas. Ao todo 17 deputados ocuparam a tribuna para se manifestar sobre o projeto, que tramitou na Assembleia em regime de urgência. Nos discursos, os parlamentares reconheceram que o governo tem a prerrogativa de formatar o modelo de gestão que quer imprimir ao Estado. Destacaram também a participação do Legislativo na melhoria do texto encaminhado pelo Executivo e enalteceram a disposição do governo em dialogar com o Parlamento na elaboração da emenda substitutiva global que manteve a estrutura proposta pelo PLC 8/2019, com a incorporação de parte das emendas apresentadas pelos deputados.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado **Julio Garcia** (PSD), a votação da reforma foi um dia histórico. Para ele, o comportamento do governo e dos deputados nas discussões sobre o projeto serve de exemplo para o restante do país.

"Quando comparamos o que Santa Catarina fez hoje com o que ocorre no Congresso, vemos uma diferença abissal. Há uma relação harmoniosa entre os poderes, com respeito à independência de cada um. Houve uma negociação madura, republicana, com o objetivo de se fazer não o que era melhor para o governo ou para o Parlamento, mas para Santa Catarina", afirmou o presidente.

NA TRIBUNA - "Este Parlamento não interferiu no principal objetivo do governo, que era fazer a reforma, e, ao mesmo tempo, trouxe as reivindicações do funcionalismo", disse a deputada **Luciane Carminatti** (PT). "Posso dizer, agora, aliviada: o cheque que estamos dando ao governo não está mais em

branco."

O deputado **Milton Hobus** (PSD), relator da reforma na Comissão de Finanças, disse que o comportamento da Assembleia na análise do projeto respeitou o governo e servidores. "Nós não queríamos que os servidores fossem prejudicados. Disso nós não abrimos mão."

Em meio a muitos agradecimentos, **Luiz Fernando Vampiro** (MDB), relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), destacou que o trabalho em conjunto com as comissões na análise da reforma foi essencial para a aprovação da proposta dentro do prazo estipulado.

O líder do governo na Assembleia, deputado **Maurício Eskudlark** (PR), também parabenizou a Assembleia pela forma como a análise da reforma foi conduzida. "As comissões estudaram, debateram, acataram emendas. Aquelas que não puderam ser acatadas, muitas são meritórias, mas têm que ser discutidas em projetos específicos", justificou.

A deputada **Paulinha** (PDT), presidente da Comissão de Trabalho, afirmou que a Assembleia conseguiu trabalhar com a reforma independente de questões partidárias e de oposição ou situação.

Vicente Caropreso (PSDB) afirmou que a reforma é aprovada com diálogo e respeito entre as instituições, "exemplo a ser copiado em outros níveis". **Valdir Cobalchini** (MDB) destacou que o debate sobre a reforma foi feito de forma transparente, respeitando os servidores e a economia proposta pelo Executivo.

Laércio Schuster (PSB) classificou o trabalho desenvolvido pela Assembleia como republicano. "Demonstramos ao povo catarinense que temos o compromisso com um Estado melhor, que sirva ao povo catarinense."

O presidente da CCJ, **Romildo Titon** (MDB), participou da votação de sua sexta reforma administrativa. "Essa reforma foi diferente. Houve uma participação efetiva de todos os deputados que eu nunca vi."

Coronel Mocellin (PSL) disse que Santa Catarina viveu um dia histórico. Para ele, um governador que se elegeu sem muitos partidos conseguiu fazer os ajustes para melhorar a máquina administrativa.

Ricardo Alba, líder do PSL, afirmou que a reforma trará a agilidade, transparência e modernidade necessárias para a administração estadual, conforme compromisso do governador durante a campanha eleitoral.

José Milton Scheffer (PP) destacou que Santa Catarina era a grande vencedora com a aprovação da reforma. Ele também elogiou a extinção das agências de desenvolvimento regional (ADRs) e da adesão de uma emenda de sua autoria, que garante recursos para a pesquisa agropecuária.

O deputado **João Amin** (PP) também ressaltou a extinção das ADRs, mas criticou o comportamento de integrantes do governo que teriam criticado a atuação dos deputados nas redes sociais.

Fernando Krelling (MDB) elogiou a inclusão do Esporte e da Cultura sob responsabilidade do Gabinete do Governador.



Emenda sobre fim dos pontos facultativos em SC é rejeitada na Assembleia

O Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina rejeitou as quatro emendas que foram colocadas em votação na quarta-feira (22), durante a votação da proposta da Reforma Administrativa do Poder Executivo (PLC 8/2019).

A primeira emenda foi apresentada pelas deputadas **Ada de Luca** (MDB), **Marlene Fengler** (PSD), **Paulinha** (PDT) e **Luciane Carminatti** (PT). Elas queriam inserir no projeto a Coordenadoria Estadual da Mulher.

Conforme Luciane, o texto da reforma não prevê a manutenção dessa estrutura, que atualmente é vinculada à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), transformada em Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS).

"Nós queremos a garantia em lei da existência dessa coordenadoria", disse a deputada. "Temos crescimento do número de feminicídios, de casos de violência contra a mulher, e essa estrutura é necessária para termos políticas públicas voltadas ao combate desses problemas."

A segunda emenda apresentada em Plenário, de autoria do deputado **Marcus Machado** (PR), tratava de questões tarifárias estabelecidas pela Casan. "A emenda ajuda a Casan, que corre sério risco se os municípios resolverem assumir a responsabilidade sobre seus sistemas de água e esgoto", disse.

O deputado **Bruno Souza** (PSB) apresentou duas emendas. A primeira acabava com os pontos facultativos na administração pública estadual. A segunda estabelecia critérios rigorosos para a concessão de auxílio-combustível para servidores. Segundo o parlamentar, o Estado gasta R\$ 38 milhões anuais com a concessão desse benefício a 769 funcionários públicos.

"Essas emendas vêm ao encontro da intenção do governo com a reforma. Vão trazer economia para o Estado e vão moralizar questões como o auxílio-combustível e os pontos facultativos, que são um privilégio de poucos", justificou.

O líder do governo defendeu a derrubada de todas as emendas. Para **Maurício Eskudlark** (PR), embora meritórias, todas tratavam de matérias estranhas ao PLC e deveriam ser discutidas posteriormente, em projetos de lei específicos.





A Reforma Administrativa do Poder Executivo aprovada na quarta-feira (22) pela Assembleia Legislativa preservou a essência do texto original enviado pelo governador **Carlos Moisés da Silva** (PSL), nos termos do Projeto de Lei Complementar (PLC) 8/2019, mas incorporou modificações significativas, feitas pelos relatores das três comissões que analisaram a proposta no Parlamento catarinense.

O que os deputados aprovaram nesta tarde foi uma emenda substitutiva global ao texto original do PLC 8/2019. Elaborada pelos três relatores da proposta - deputados **Luiz Fernando Vampiro** (MDB), **Milton Hobus** (PSD) e **Volnei Weber** (MDB) -, ela incorporou 69 das 183 emendas apresentadas pelos parlamentares e retirou alguns pontos do projeto original.

Uma das principais alterações está na necessidade de autorização da Assembleia para vários atos do governador que, pelo texto original da proposta, poderiam ser feitos por meio de decreto. A organização, o funcionamento e a estruturação das autarquias, das fundações, de empresas públicas e das sociedades de economia mista do Estado, por exemplo, só poderão ser feitas por meio de projeto de lei específico, que deverá ser aprovado pela Alesc.

Os relatores retiraram do texto original da reforma algumas das atribuições da Secretaria Executiva de Integridade e Governança, que será

criada na reforma, e diminuíram boa parte das competências atribuídas à Controladoria-Geral do Estado (CGE), que também será criada. Em contrapartida, deram novas atribuições a outras secretarias, como a de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; de Desenvolvimento Econômico; de Educação; de Infraestrutura, entre outras.

SERVIDORES - O projeto aprovado nesta quarta traz, também, pontos referentes aos servidores públicos efetivos que atuam nas Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), que serão extintas. Os funcionários da Educação e da Saúde, por exemplo, serão redistribuídos para o órgão central dessas secretarias, mas poderão continuar em exercício das regionais de Educação e Saúde.

Os advogados que atuam nas autarquias que serão extintas (Deinfra e Deter) serão redistribuídos nas demais autarquias e fundações estaduais, conforme o texto. O artigo 173 estabelece que os advogados que atuam no Deinfra serão transferidos para o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev).

PESQUISA - A emenda substitutiva global também altera pontos referentes ao fomento da pesquisa por parte do governo estadual. Foi retirado do texto original, por exemplo, o artigo 162, que abria a possibilidade dos recursos destinados à pesquisa científica e

tecnológica e à pesquisa agropecuária garantidos pela Constituição Estadual serem aplicados em outros órgãos da administração estadual.

Esse ponto da reforma era criticado pela regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Santa Catarina (SBPC-SC). A entidade entende que, com a manutenção desse artigo, a Fapesc e a Epagri, principais beneficiados com os recursos constitucionais destinados à pesquisa, seriam prejudicados. Os relatores também detalharam as atribuições da Fapesc, que não constavam no texto original, bem como a garantia dos recursos constitucionais.

Confira outras alterações propostas pelos relatores e aprovadas pelos deputados:

Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a nova Santur ficarão vinculadas ao Gabinete do Governador. Originalmente, apenas a Santur estaria nessas condições; o Detran estaria ligado à Segurança Pública e as duas fundações ao Desenvolvimento Social;

Eliminação da exclusividade da ocupação de alguns cargos em comissão por servidor efetivo (auditor-geral, controlador-geral, ouvidor-geral, corregedor-geral, entre outros)
Ações da Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz serão doadas para o município de Santo Amaro da Imperatriz

Revogação de vários artigos de leis e de leis que tratam da estrutura administrativa do Poder Executivo
Revogação da lei estadual que instituiu o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) - Lei 16.480/2014

Revogação de pontos que garantiam a transformação de gratificação ao servidor lotado e em exercício nas ADRs em vantagem pessoal

Revogação de artigo que autorizava o governador a "promover adequações necessárias na lei orçamentária anual e no plano plurianual" por ocasião do aprovação e publicação da reforma administrativa.



Texto da reforma administrativa aprovado pela Alesc agrada o governo

O secretário de Estado da Casa Civil, **Douglas Borba**, afirmou que o governo estadual está satisfeito com o texto da reforma administrativa aprovado na quarta-feira (22) pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ele acompanhou pessoalmente a votação da proposta.

"É um texto que agrada o governo. O governo cedeu em alguns pontos, o Parlamento cedeu em outros. Mas a espinha dorsal foi mantida, ou seja, dentro dos pilares da economicidade, da eficiência da máquina pública, o objetivo do governo foi mantido", afirmou o secretário.

Borba ressaltou que o modelo proposto na reforma já vem sendo testado desde o início do governo de Carlos Moisés da Silva, com bons resultados. O projeto aprovado nesta

quarta-feira na Alesc, segundo ele, também mantém a economia anual, estimada em R\$ 125 milhões anuais, prevista pelo Executivo.

"O maior beneficiado com a aprovação dessa reforma é o cidadão catarinense, que terá um Estado mais enxuto, com serviços mais ágeis para a população", disse.

Fundo para a Cultura

Douglas Borba informou que o governo encaminhará para Assembleia, até julho, um projeto de lei para criar um fundo específico para o financiamento da cultura. Segundo ele, tal medida é necessária para que o Estado tenha acesso a recursos federais para a área.

A deputada **Luciane Carminatti** (PT) pretendia apresentar uma emenda em Plenário, durante votação da proposta da reforma, para a criação do fundo, mas, diante do anúncio do secretário da Casa Civil, decidiu aguardar o envio do projeto à Alesc.

"Santa Catarina perderá recursos se esse fundo não for criado. Diante do entendimento com o governo, avançamos nessa questão, com o compromisso do envio do projeto à Assembleia", disse a deputada.

Órgãos extintos e as secretarias criadas

O texto da reforma administrativa detalha as atribuições das secretarias de Estado que serão transformadas, das secretarias executivas que serão criadas, bem como define que estrutura do governo vai herdar as atribuições, competências, servidores, bens, entre outros itens, das pastas e órgãos da administração estadual que serão extintos.

Os anexos estabelecem a quantidade de cargos e funções comissionados nos órgãos que são atingidos pela reforma, além de atribuições, nos níveis e os valores que serão pagos aos ocupantes desses cargos e funções.

Confira, de forma mais ampla, as principais mudanças na estrutura administrativa de Santa Catarina, nas matérias das páginas anteriores.

Deputados aprovam alterações no ICMS e incluem mel na cesta básica

Os parlamentares aprovaram na sessão de quarta-feira (22) da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 29/2019, do Executivo, que altera a Lei nº 10.297/1996, modificando a legislação do ICMS para recepcionar decisão judicial sobre medicamento para Atrofia Muscular Espinal (AME).

Durante o processo de votação deste projeto, o deputado Silvio Dreveck (PP) apresentou destaque para incluir o mel na cesta básica, proposição que foi aprovada por 21 votos a 13.

"O mel de Santa Catarina está ficando fora da cesta básica, além de ser um produto recomendável à saúde, temos uma grande produção e o Rio Grande do Sul tem ICMS diferenciado, portanto o nosso apicultor vai perder competitividade perante os concorrentes", argumentou **Silvio Dreveck** (PP).

Maurício Eskudlark (PR) e Marcos Vieira (PSDB) defenderam a rejeição do destaque. "Emenda de inclusão de produtos na cesta básica é para favorecer o consumidor, não o produtor, somos contrários ao destaque", encaminhou o líder do governo.

"O mel já tem o benefício", informou Vieira, acrescentando que aprovação do destaque duplicaria o benefício ao mel.

Medicamentos genéricos

O deputado **Vicente Caropreso** (PSDB) comemorou na tribuna a passagem de 20 anos da autorização legislativa para a produção de medicamentos genéricos no país.

"A história da legislação começou em 1991 com Eduardo Jorge, em 1999 foram efetivamente introduzidos no Brasil, no caso das patentes expiradas. Tive a honra e o privilégio de participar deste marco histórico ao votar na Câmara dos Deputados, foi um divisor de águas na história da saúde", avaliou Caropreso.



Os acertos que levaram à aprovação da reforma



Para um governo que nega a ideia de ter uma base de apoio para construir a maioria na *Assembleia*, a administração de Carlos Moisés da Silva articulou muito para garantir a ampla votação que aprovou a reforma administrativa. Entre os rótulos de velha ou nova política, coisa de palanque, preferiu-se a boa política, a que beneficia a sociedade. O ambiente de mudança, defendido de A a Z durante a campanha, era mais do que propício. Já os *deputados*, capitaneados pelo *presidente Julio Garcia*, chegaram ao consenso de que em nome de uma economia que deve atingir os R\$ 500 milhões em quatro anos a estrutura do Executivo deveria ser reduzida para dar condições plenas de trabalho a Moisés, que, ao abrir as portas da Casa d’Agrônômica para ouvir bancadas e *deputados* individualmente, não precisou fazer o toma lá dá cá de cargos para angariar simpatizantes. As presenças constantes dos secretários Douglas Borba (Casa Civil) e Jorge Tasca (Administração) entre os *deputados* aproximaram o que consistia em uma convergência de ideias. Deu tudo certo porque o assunto era importante neste momento, uma vitória do Executivo que tem que ser repartida com o Legislativo, que garantiu a unanimidade de 35 votos (números dos *deputados* no momento da votação do texto

básico) mas sabe-se que este modelo foi único, dificilmente valerá para outras discussões.

Incansável 1

O secretário Douglas Borba ficou até tarde da noite em contato telefônico com parlamentares e com o *presidente Julio Garcia*. Tanto que, por volta da meia-noite, alinhavou o acordo com a *deputada Luciane Carminatti (PT)* para que a criação do Fundo de Cultura fosse feita por projeto específico, portanto fora da análise dos destaques no plenário, fato que foi confirmado no momento da votação da reforma pelo *líder do governo, deputado Maurício Eskudlark (PR)*.

Incansável 2

Borba estava no plenário poucos minutos depois de iniciada a votação quando deixou a *Assembleia* em direção à Casa d'Agrônômica. A passagem foi curta, de acordo com *Eskudlark*, mas o suficiente para dirimir dúvidas e atender, mais uma vez, os *deputados*.

REPRODUÇÃO/WHATSAPP



MOISÉS AGRADECEU

Pelas redes sociais, o governador Carlos Moisés, ao lado dos secretários da Administração e da Casa Civil pelo empenho dos dois, de todos os servidores de carreira que responderam aos 120 questionamentos, às diligências da *Assembleia*, enviados pelos *deputados* e publicamente ao parlamento estadual. No processo de convencimento, mesmo os *deputados* do que poderia ser chamada oposição no Legislativo, aderiram ao discurso de Moisés de que a legitimidade das urnas e o desejo de mudança expresso pelo eleitor era um dos argumentos para a aprovação da matéria. Agora terá a missão de sancionar o projeto aprovado e, em um gesto político elevado, respeitar os acordos que foram firmados na *Assembleia* antes de vetar, uma prerrogativa que o governador possui constitucionalmente.

É verdade

Em seu discurso, o *deputado Ricardo Alba, líder do PSL*, exaltou um ponto importante: a construção do acordo e a eliminação dos componentes ideológicos e partidários na análise da reforma mostraram a maturidade democrática do parlamento estadual. Já o *deputado Romildo Titon (MDB)*, presidente da CCJ, elogiou os pares que atuaram na relatoria e na presidência das comissões, coordenadas por ele, e os funcionários cedidos pela presidência, enquanto o *deputado Luiz Fernando Vampiro (MDB)* fez um agradecimento nominal aos que atuaram no corpo técnico junto às comissões.

Ausências

Não votaram a reforma os *deputados Ivan Naatz (PV), Padre Pedro Baldissera (PT), Nilso Berlanda (PR) e Volnei Weber (MDB)*, além do *presidente da Assembleia* que se valeu da prerrogativa para não votar. Weber, relator do projeto na Comissão de Trabalho e Serviços Públicos, enfrentou uma verdadeira maratona no retorno de uma agenda em Brasília para tentar votar, chegou depois de encerrados os trabalhos, quando Julio Garcia concedia uma coletiva na sala de imprensa.

Corrida de obstáculos

No périplo do emedebista *Volnei Weber*, vindo de Brasília, estão: a escala em São Paulo devido ao horário do voo da Capital Federal (meio-dia) até Florianópolis, o atraso de 20 minutos por conta do tráfego aéreo no Aeroporto de Congonhas e o trânsito lento do Sul da Ilha de Santa Catarina, onde fica localizado o Aeroporto Hercílio Luz, agravado pela chuva, até o *Palácio Barriga Verde*, no Centro. Seria mais um voto favorável, assim como o dos demais ausentes.





“O GOVERNO COMEÇA AGORA”

Juntamente com os presidentes das comissões **Romildo Titon (MDB)**, da CCJ; **Marcos Vieira (PSDB)**, da Finanças; e **Paulinha da Silva (PDT)**, do Trabalho e Serviços Públicos; e dos relatores **Luiz Fernando Vampiro (MDB)**, **Milton Hobus (PSD)** e **Volnei Weber (MDB)**, o presidente da Assembleia **Julio Garcia (PSD)** criou as condições ideais para a construção do substitutivo global que culminou com a aprovação da reforma. Em entrevista após a votação, o **presidente do Legislativo** lembrou que o papel dos parlamentares era este e que o poder que comanda não se furtou, até agora, em auxiliar o governo. Como o fez quando lançou a proposta de um Fundo Especial da Saúde, em parceria com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, para encontrar uma saída para a dívida da saúde, que ultrapassa os R\$ 300 milhões e ainda é analisada pelo governo de Carlos Moisés. A assertividade do parlamento, no entanto, não deve ser um padrão na análise de matérias de origem do Centro Administrativo. Para Julio, “o governo (de Carlos Moisés) começa agora!”

Craque

A costura foi tão bem feita por **Julio Garcia** e os líderes das bancadas que, em duas horas de sessão, a **Assembleia** aprovou a reforma em primeiro e segundo turnos, fez a análise de apenas três emendas, que foram rejeitadas, e votou, de maneira simbólica, a redação final. Julio até brincou com os jornalistas sobre o artigo 1º da reforma, que dava, na versão geral, um cheque em branco ao governador Moisés, que poderia atuar por decreto, e foi retificada pelos **deputados** para que os atos passassem pelo crivo do parlamento. “Se eu fosse governador, também queria governar por decreto”, disparou Julio.

COMO FICOU A REFORMA*

- * Foram acatadas 69 das 183 emendas apresentadas pelos *deputados estaduais*

- * A autorização da *Assembleia* será necessária para vários atos do governador que, pelo texto original da proposta, poderiam ser feitos por meio de decreto.

- * A organização, o funcionamento e a estruturação das autarquias, das fundações, de empresas públicas e das sociedades de economia mista do Estado, por exemplo, só poderão ser feitas por meio de projeto de lei específico, que deverá ser aprovado pela *Alesc*.

- * Algumas das atribuições da Secretaria Executiva de Integridade e Governança, que será criada, foram retiradas, e também foram diminuídas boa parte das competências atribuídas à Controladoria-Geral do Estado (CGE).

- * As secretarias de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; de Desenvolvimento Econômico; de Educação; de Infraestrutura ganharam novas atribuições.

- * Os servidores efetivos que atuavam nas Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), que serão extintas, serão redistribuídos ao órgão central, como no caso da Educação e da Saúde, mas poderão continuar em exercício das regionais das duas pastas.

- * Os advogados que atuam nas autarquias que serão extintas (Deinfra e Deter) serão redistribuídos nas demais autarquias e fundações estaduais e o artigo 173 estabelece que os que atuam no Deinfra serão transferidos para o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev)

- * Os relatores também detalharam as atribuições da Fapesc, que não constavam no texto original, bem como a garantia dos recursos constitucionais

* Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a nova Santur ficarão vinculadas ao gabinete do governador

* Eliminação da exclusividade da ocupação de alguns cargos em comissão por servidor efetivo (auditor-geral, controlador-geral, ouvidor-geral, corregedor-geral, entre outros)

* Ações da Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz serão doadas para o município de Santo Amaro da Imperatriz

* Revogação de vários artigos de leis e de leis que tratam da estrutura administrativa do Poder Executivo

* Revogação da lei estadual que instituiu o Programa Estadual de Educação a Distância (Proedis) – Lei 16.480/2014

* Revogação de pontos que garantiam a transformação de gratificação ao servidor lotado e em exercício nas ADRs em vantagem pessoal

* Revogação de artigo que autorizava o governador a “promover adequações necessárias na lei orçamentária anual e no plano plurianual” por ocasião da aprovação e publicação da reforma administrativa

* Fonte: *Assembleia Legislativa*

Rasteira

A Câmara aprovou, por placara apertado de 228 votos a 210, e quatro abstenções, a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o ministério da Economia. Foi um golpe para o ministro Sérgio Moro, pois o Coaf transformou-se em uma grande ferramenta contra a corrupção e caberia como uma luva onde estava, na pasta da Justiça. O Centrão é que não gostou de ver uma margem tão estreita e explica-se: a primeira votação foi

simbólica, mas o PSL pediu verificação de quórum e voto no painel, daí o resultado ter mudado as estimativas. O Senado ainda pode mudar o entendimento.

Roberto Azevedo

Jornalista

e-mail: razev@terra.com.br



 /peloestado [**PeloEstado**]  peloestado.com.br
23/Mai/2019

Moisés tem a estrutura que queria

A frase do título foi o recado que vários deputados estaduais deram ao Executivo, ontem, durante a votação da reforma administrativa apresentada pelo governo Carlos Moisés/Daniela Reinher. A votação foi acelerada. A matéria foi aprovada em primeiro e segundo turno com o voto de todos os parlamentares presentes. A votação da Redação Final, prevista para esta quinta-feira, foi antecipada e aconteceu ontem mesmo, de novo com a unanimidade dos presentes. Logo depois de encerrada a sessão, o presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (PSD), enalteceu o fato de terem conseguido “antecipar em um dia a fase final dessa tarefa importante que a Assembleia cumpriu, que foi a votação da reforma administrativa pretendida pelo governo”. Ele elogiou a condução do governo durante toda a tramitação, destacando em especial o secretário da Casa Civil, Douglas Borba. “Ele se dedicou para a aprovação da reforma. O governo está fazendo política. Foi bom para todo mundo e foi bom para a sociedade.” Mesmo ainda na fase de análise dos destaques, portanto antes do voto em Plenário, Borba conversou com jornalistas e afirmou que a essência da reforma proposta pelo Executivo foi mantida, “principalmente os pilares da diminuição da máquina pública e a otimização dos recursos em busca de eficiência”. Ele já dava como certa a aprovação do projeto e acrescentou que as emendas que foram acrescentadas ao texto contribuíram para o aperfeiçoamento da proposta.

“ Se vocês fizerem um comparativo entre o Congresso e a presidência (da República), e a Assembleia e o governo do Estado, vão ver que a diferença é abissal. Aqui houve entendimento. O nosso exemplo é que tem que ser seguido. Boas relações, relações republicanas, com independência e harmonia. Eu até prefiro harmonia na frente. ”

Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia

Estratégia



Arquiteto Agostino A.L.

Em uma rápida entrevista à *Coluna Pelo Estado*, o deputado Luiz Fernando Vampiro, líder do MDB na Assembleia, explicou uma estratégia importante usada pelos presidentes e relatores das três comissões envolvidas - na Constituição e Justiça, Romildo Titon, presidente (MDB) e o próprio Vampiro (relator); na de Finanças e Tributação, Marcos Vieira (PSDB, presidente) e Milton Hobus (PSD, relator); e na de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputada Paulinha (PDT, presidente) e deputado Volnei Weber (MDB, relator). “Nós não sabíamos quem eram os autores das propostas de emenda. Com isso, afastamos da discussão qualquer risco de desvio por afinidade pessoal ou partidária. Só depois que aprovamos o relatório final é que ficamos sabendo.”

A manutenção do Fundo Estadual da Cultura seria apresentada como destaque pela deputada Luciane Carminatti (PT). Mas, próximo da meia-noite de terça-feira para ontem, ela recebeu um telefonema do secretário Douglas Borba reconhecendo que, de fato, o fundo não poderia ser extinto, sob pena de Santa Catarina deixar de receber verbas públicas federais para projetos estaduais. O assunto virou consenso.

“Queriam estar aqui” O deputado João Amin (PP) fez uma referência aos ex-colegas de Legislativo que gostariam de estar ali para votar, finalmente, a extinção das Agências de Desenvolvimento Regional, as ADRs. Citou nominalmente o deputado Altair Guidi, pepista falecido no começo de 2018 e crítico ferrenho das agências. “Sou muito feliz em poder *estar* deputado neste momento.”

Modo correto por SC “Desligamos o modo campanha e ativamos o modo mandato.” A frase foi dita da tribuna da Assembleia pelo deputado Felipe Estevão (PSL), referindo-se à busca pelo melhor para Santa Catarina que prevaleceu em

todo o processo da reforma administrativa, desde a elaboração pelo governo até a aprovação, ontem, no Legislativo.

Ausentes Alguns votos faltaram para que o resultado fosse de fato uma unanimidade. Dos 40 deputados, o presidente, Julio Garcia, optou por não votar. Além disso, Ivan Naatz (PV), Padre Pedro Baldissera (PT), Nilso Berlanda (PR) e Volnei Weber (MDB) não compareceram à sessão, a mais importante do ano até aqui. Weber até tentou, mas chegou minutos depois do encerramento da sessão, vindo de Brasília, onde teve audiência na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), junto com o senador Jorginho Mello (PR).

Alguns deputados estranharam a mudança de posição da deputada Paulinha (PDT) quanto à manutenção da Coordenadoria da Mulher. Votou contra, mesmo sendo uma das responsáveis por apresentar a emenda pela manutenção. Está tão alinhada com o que vem do Executivo, que já há quem diga que ela quer disputar a liderança do governo com Maurício Eskudlark (PR). Puro veneno!

SEJA QUAL FOR A SUA BANDEIRA,
ELA É A MESMA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Por **Andréa Leonora**
redacao@peloestado.com.br

Leia a Coluna digital e os diários que
a publicam em: peloestado.com.br



Diretoria de Comunicação Social

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Lucia Helena Vieira

CLIPPING

EDIÇÃO e ELABORAÇÃO

Moacir Cardoso Pereira

INFORMAÇÕES

Diretoria de Comunicação Social

(48) 3221 2757

(48) 3221 2750

Sala de Imprensa

(48) 3221 2621

(48) 32212620

SITE:

http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/clipping

E-mail:

clippingsc@gmail.com

clippingalesc@gmail.com

saladeimprensa.alesc@gmail.com
